



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 047 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Luiz Nishimori
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 047**

### **43ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 09

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 11

Dep. Felipe Lucas ..... 12

Dep. Jocelito Canto ..... 13

Dep. Reni Pereira ..... 14

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 16

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 13

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 21

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 23

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 24

Redação Final ..... 48

2ª Discussão ..... 48

1ª Discussão ..... 48

Requerimentos ..... 50

**Encerramento da Sessão ..... 53**

### **DIÁRIO Nº 047**

### **43ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**15 DE MAIO DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausente o Sr. Deputado Valdir Rossoni (01).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Osmar Bertoldi e Péricles de Mello (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº 0333/07-OE, do Sr. Marcos de Luca Fanchin, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do acórdão nº 7779, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 375599-9, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como impetrante Eliane Jaensch Zwetsch e impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 070/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 100/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 066, 067, 068 e 069/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

072/07: de autoria do Deputado Caíto Quintana que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 15121/06, o qual convertido em Lei tomou o nº 15489. **Anote-se - Arquite-se.**

127/07: de autoria do Deputado Alexandre Curi que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz, o qual convertido em Lei tomou o nº 15490. **Anote-se - Arquite-se.**

129/07: de autoria do Deputado Jocelito Canto que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros, o qual convertido em Lei tomou o nº 15491. **Anote-se - Arquite-se.**

048/07: de autoria do Deputado Fábio Camargo que, altera dispositivos da Lei nº 14743, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre proibição de fumar em recintos públicos, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15492. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº DP 424/07 do Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor-Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre o processo de negociação da renovação da concessão dos serviços de coleta e tratamento de efluentes domésticos de Araucária. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº DP 423/07 do Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor-Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre os investimentos programados para a implantação de rede de coleta e tratamento de efluentes domésticos de Contenda. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº 828/07/GS do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre a construção do Hospital em Carambeí. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 209/07/SEMA/GS do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre as recomendações técnicas para recuperação ambiental de lavras de areia. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº 0033/07 do Sr. Fernando Augusto Mello Guimarães, Conselheiro, Corregedor-Geral e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado, sob o Protocolo nº 4721, apresentando motivo pelo qual encaminhou juntamente com o relatório dos gastos com publicidade do estado no exercício de 2006, o respectivo relatório de 2005. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 11 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Geraldo Cartário, Deputado Estadual, portador da cédula de identidade RG sob o nº 382.970-7, vem à presença de V. Exa., com fundamento no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, reiterar seu pedido de licença para tratamento de saúde, por mais 50 (cinquenta) dias, tendo em vista nova recomendação médica.

O requerente continuará ausente da capital para o tratamento ambulatorial das patologias citadas no atestado médico. Assim, espera deferimento do presente pedido.

Na oportunidade, apresento a V. Exa., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) GERALDO CARTÁRIO

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 118/07**

#### **SÚMULA:**

Propõe a construção de escola estadual no Jardim Arapongas, no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicitar a construção de uma nova unidade escolar estadual no Jardim Arapongas no município de Colombo.

2) Justificativa.

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e ensino médio, que terá um raio de abrangência de 11 bairros. Atualmente apenas duas escolas: Escola estadual Dom João Bosco e Colégio Estadual Abraham Lincon, estão atendendo esses alunos, que para este ano de 2007 o NRE/Am Norte, teve que alugar um prédio para poder abrigar mais de 350 alunos que ficaram fora de sala de aula. A nova unidade atenderia a esta demanda, desafiando as duas escolas existentes e distantes uma da outra, garantindo assim uma educação de qualidade e gratuita para a população.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

### **INDICAÇÃO Nº 119/07**

#### **SÚMULA:**

Propõe a instalação da Delegacia da Mulher no Alto Maracanã, município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança do Paraná.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Exmo. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Que seja instalada a Delegacia da Mulher, no Alto Maracanã, município de Colombo.

2) Justificativa.

Em conformidade com a Lei nº 11340/06 (Lei Maria da Penha), visando proporcionar uma política pública e gratuita para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando ações onde o estado cumpre com o seu papel, assegurando o direito e a assistência à mulher em situação de violência. Se faz necessário a implantação no Alto Maracanã, no município de Colombo, por ser uma região de elevada densidade demográfica e com alto índice de violência contra a mulher e não tendo, como indica a lei, uma assistência

própria e com estrutura definida quanto a complexidade exige, como a integração de atendimento multidisciplinar realizado por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Para abrigar a Delegacia da Mulher, indicamos que seja reformado o prédio onde hoje estava instalada a Delegacia do Alto Maracanã, que foi transferida para outro local, e pelo fácil acesso da população, ou a construção de um prédio próprio para tal fim.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

### **INDICAÇÃO Nº 120/07**

#### **SÚMULA:**

Propõe a construção de escola estadual no Jardim Campo Pequeno (Cedrinho), no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicitar a construção de uma nova unidade escolar estadual no Jardim Campo Pequeno (Cedrinho), no município de Colombo.

2) Justificativa.

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e ensino médio, que atenderá a 10 bairros. As escolas que atendem a demanda hoje estão superlotadas, que para este ano de 2007 o NRE/Am Norte, teve que alugar um prédio para poder abrigar mais de 150 alunos que ficaram fora de sala de aula. A nova unidade atenderia a esta demanda, desafiando as escolas existentes e distantes uma da outra, garantindo assim uma educação de qualidade e gratuita para a população.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

### **INDICAÇÃO Nº 121/07**

#### **SÚMULA:**

Sugere reparação do trecho rodoviário, com paralelepípedos, entre os loteamentos denominados Chácaras Aeroporto e Distrito Vale Azul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a reparação do trecho rodoviário, com paralelepípedos, entre os loteamentos denominados Chácaras Aeroporto e Distrito Vale Azul.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender a população do município de Sarandi e região, que muito necessita de melhoria na rodovia que atende uma grande e trabalhadora comunidade.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 122/07

## SÚMULA:

Sugere que os testes de habilitação do DETRAN para deficientes sejam realizados nos municípios paranaenses de maior população.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere que os testes de habilitação ou renovação, realizados pelo DETRAN para deficientes físicos, sejam aplicados em municípios pólos paranaenses de grande número de habitantes, como Maringá, Londrina, Cascavel, Umuarama, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranaguá, entre outros.

II - Dada a precariedade motora do deficiente, nada mais justo que o teste ou renovação da habilitação do DETRAN, venha ser realizada num município próximo da sua cidade e não na capital, onde o interessado teria que viajar quilômetros, com dificuldades, além de acarretar despesas ocasionadas pela viagem.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) DR. BATISTA

## Requerimentos

## REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

## REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco das emendas da CCJ e da Comissão de Finanças constantes do Projeto de Lei nº 311/07, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente:

A Deputada Rosane Ferreira, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, seja procedida votação nominal, conforme artigo 166 do Regimento Interno, para o Projeto de Lei nº 311/07.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

A Deputada Rosane Ferreira, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, seja procedida votação em destaque e nominal, conforme artigo 170, parágrafos 2º e 4º, do Regimento Interno, para a Emenda de Plenário nº 01 ao Projeto de Lei nº 311/07.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o requerimento de minha autoria que teve sua discussão adiada na Sessão Ordinária do dia 14 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, uma a uma, das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 136/07, item 02 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, RUI HARA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

## REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, uma a uma, das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 218/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/07, item 03 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS

MARTINS, ELIO RUSCH, RUI HARA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, uma a uma, das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 311/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 015/07, item 04 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, RUI HARA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, uma a uma, das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 131/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 015/07, item 04 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, RUI HARA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 158/07 e 315/07, que dispõem sobre a isenção ao doador de sangue de pagamentos de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 09 de maio.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência devido a compromissos assumidos com lideranças no município de Paranaguá.

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão desta data, devido a convocação para evento partidário da sigla da qual é dirigente local.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 16 de maio.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência devido a visita de urgência ao Hospital e Maternidade São José dos Pinhais, na condição de Presidente da Comissão de Saúde Pública.

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para a realização de Audiência Pública para debater o Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN dos professores e as diretrizes do plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, a realizar-se na próxima sexta-feira, do dia 18 de maio, a partir das 9 horas.

A audiência é uma proposição da Comissão de Educação da Assembléia, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e a APP-Sindicato.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, quando Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Curitiba falará sobre a Campanha da Fraternidade 2007, cujo tema é "Vida e Missão nesse chão: Amazônia".

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) LUZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Silva, pelo falecimento do Sr. João Carlos da Silva, ocorrido no último dia 10, em Curitiba.

Deixa viúva a Sra. Vera Lúcia Souza da Silva e 2 filhos.

Neste termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares no endereço: Av. Santa Rita de Cássia dos Impossíveis, 2006, Vila Santa Rita - Tatuquara-Curitiba/PR, CEP 81470-086.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Francisco Carrilho Garcia, ocorrido no dia 10 de maio de 2007, no município de Jesuítas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Neide Agassi Garcia, enviando correspondência à R. Padre Manoel da Nóbrega, s/n, Centro - Jesuítas/PR.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Francisco Carrilho Garcia deixou consternada toda a população de Jesuítas. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos uma dor e saudade irreparável.

As pessoas que conviveram com o Sr. Francisco são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho. Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do Sr. Francisco Carrilho Garcia, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

Aceitem os nossos sinceros sentimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consultado

o soberano Plenário, seja inserido na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Francisco Tan e ao Sr. Miguel Nishihara, Diretor da ACEL, pela realização, dia 19 e 20 deste mês, em Londrina, do XX Campeonato Brasileiro de Beisebol Interseleções Veterano Ouro.

Trata-se de evento tradicional, que mobiliza centenas de pessoas de várias regiões do país, organizado com muito carinho e competência. Pela importância da iniciativa, o autor do presente requer que esta Casa de Leis se faça representar na sede campestre da ACEL.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações aos assistentes sociais paranaenses pelo Dia do Assistente Social, que acontece neste dia 15 de maio.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Conselho Regional do Serviço Social do Paraná, a R. Monsenhor Celso, 243 - 2º andar - conjuntos 5 e 6 - 80010-150 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Maj. Ref. Benur Augusto Muniz, Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Maj. Ref. Benur Augusto Muniz, Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário, entidade que congrega os veteranos da 2ª Guerra Mundial. Destacamos seus relevantes serviços prestados em prol da classe, bem como à comunidade.

Relembramos a bravura de seus atos de heroísmo em combate junto aos pracinhas brasileiros.

#### REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Promotor de Justiça da cidade de Rio Branco do Sul, Dr. Robertson Fonseca de Azevedo.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Promotor de Justiça, Dr. Robertson Fonseca de Azevedo, que atualmente está

designado para a comarca de Rio Branco do Sul, pela sua atuação brilhante na área da saúde, através de suas intervenções precisas em casos graves ocorridos no município.

#### REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo do dia de hoje, 15 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando que determine ao departamento competente, oferecer total apoio e auxílio à Prefeitura Municipal de Toledo, com orientação técnica e repasse de recursos, através de convênios, para que execute ou contrate obras de construção do Hospital Regional Filantrópico, em conformidade com os projetos que já se encontram aprovados pela Secretaria, desde o ano de 2005.

O município de Toledo já disponibilizou e destinou uma área de 24 mil m<sup>2</sup>, para a execução da obra, próximo ao *campus* da PUC/PR.

Trata-se de uma obra muito aguardada pela população que vive, trabalha, produz riquezas, gera impostos e empregos nos 18 municípios abrangidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde e 20ª Regional de Saúde, pois será uma solução definitiva e humana, merecendo esta conquista.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente à família Dallelaste, do município de Catanduvas, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Dallelaste, ocorrido no último dia 14 de maio do ano em curso (expediente seja encaminhado à Sra. Helena Dallelaste, à R. Melgaco, 407 - CEP 85470-000 - Catanduvas/PR.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Francisco Dallelaste deixou consternada a população de Catanduvas. Há muitos anos residindo no município, marido, pai e avô, deixará em

todos os seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O Sr. Francisco soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

À Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre pronunciamento feito na escola de Governo na data de hoje, onde faz denúncias sobre fraudes em editais de licitações da COPEL, cometidas pelos jornais Gazeta do Povo e o Estado do Paraná:

- Quando ocorreram tais fraudes?

- Remeter cópia dos documentos que comprovam a ocorrência das fraudes.

- Quais medidas foram adotadas por esse Governo do Estado diante da gravidade da ocorrência?

- Foi encaminhada denúncia ao Ministério Público?

- Encaminhar cópia de todos os procedimentos adotados pelo Governo do Estado para investigar, elucidar e punir as citadas fraudes.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando esclarecimentos sobre os motivos da aprovação das contas do município de Curitiba, bem como as do estado do Paraná, com percentuais aplicados em educação inferiores ao previsto em lei:

- Em que fundamentos jurídicos basearam-se tais decisões?

- Por que idêntico critério não foi utilizado para o município de Ponta Grossa, relativamente às contas de 1998 e 1999?

- Os precedentes alegados por ocasião do recurso de revisão não foram verificados. Quais as razões?

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) JOCELITO CANTO



## REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, para informar as questões abaixo:

1) Em relação ao caso ocorrido no Hospital Vita, no município de Curitiba, em que foi exigido cheque caução para internamento de uma pessoa no valor de R\$ 10.000,00, conforme relato do Deputado Jocelito Canto na Sessão Plenária do dia 14 de maio, questiona-se quais são as medidas administrativas que esta Secretaria de Estado irá tomar em face a referida instituição de saúde? Pois para conhecimento, a Lei Estadual nº 12970, de 25 de outubro de 2000, proíbe tal exigência.

2) Em relação a Lei Estadual nº 13674, de 09 de julho de 2002, em que a Secretaria de Estado da Saúde ficou responsável de confeccionar e distribuir cartazes alertando sobre a proibição da exigência do cheque caução em hospitais públicos e particulares questiono se já foi confeccionado e distribuído o referido cartaz informativo? Enviar relação de hospitais que receberam os cartazes.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

## REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente:

Em relação às informações sobre a qualidade da água fornecida à Curitiba e Região Metropolitana pela SANEPAR, pergunta-se:

1) Há monitoramento, efetivo e eficaz, da qualidade da água tratada e fornecida aos consumidores paranaenses?

2) Quais os resultados desse monitoramento?

3) Por que não há divulgação de resultados da qualidade da água?

4) Foram tomadas providências relativas aos questionamentos do Ministério Público do Paraná, que desde o ano 2000 investiga a possibilidade de existência de Trihalometano em excesso na água fornecida aos paranaenses?

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias, para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos ao tratamento e qualidade da água fornecida aos paranaenses. Afinal o Trihalometano é substância cancerígena que resulta do tratamento da água com altos índices de matéria orgânica combinada com o cloro, havendo outros tratamentos possíveis caso esteja ocorrendo a concentração de Trihalometano.

## REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUER, seja reiterado ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, o pedido de informações, apresentado em 20 de março último, e cujo fornecimento das respostas foi acordado com o Líder do Governo, tendo em vista que, em face do que dispõe o Decreto nº 1261, de 14 de maio de 2003, são inaceitáveis as respostas fornecidas aos itens 2, 3 e 4 (transcritas abaixo), do referido pedido de informações, através do Ofício nº 2526/07-GS/SEED.

2) *a empresa vencedora do certame licitatório, Indústria de Móveis Cequipel Paraná Ltda, irá agregar valor ao preço do produto adquirido da CCE? Quanto pagará por unidade? A CCE já entregou a mercadoria à encomendante Cequipel? Houve destaque do ICMS na nota fiscal de saída da mercadoria do fabricante para a Cequipel? Qual o valor da mercadoria com e sem o imposto nessa operação?*

3) *a nota fiscal de saída da mercadoria da Cequipel para o Governo do Estado, haverá destaque e consequente pagamento do ICMS?*

4) *Houve algum desconto no preço da mercadoria, em função da redução da carga tributária ou da grande quantidade adquirida? informa o preço final do produto com ICMS e com o desconto do ICMS.*

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Rui Hara, Antonio Belinati, Elio Rusch, Ademar Traiano e 01 ilegível.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 354/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Milagre Eucarístico - CME, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A elevação à condição de utilidade pública é medida necessária às entidades sociais que diariamente proporcionam mais e melhores condições para muitos paranaenses.

A vida é um valor universal perquirida por todas as pessoas. A entidade que busca a utilidade pública estadual é portadora de objetivos magníficos como: atividades educacionais, caritativas, filantrópicas e beneficentes. Razões suficientes para que pudéssemos apresentar a presente postulação.

Com sede e foro no município de Paranaguá, com sua fundação em 01 de novembro de 2004, seus dirigentes não percebem remuneração alguma, conforme assevera o parágrafo único do artigo 27.

Pela relevância de suas atividades, solicitamos a apreciação dos nobres Deputados e Deputadas.

PROJETO DE LEI Nº 355/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Compromisso Social, visando à participação, em atividades de serviços à comunidade, dos alunos recém-formados dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais, como forma de retribuição dos investimentos da sociedade quando de suas formações profissionais.

Art. 2º Todos os alunos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais participarão, pelo período de pelo menos 1 anos, após a conclusão do curso, do Programa Compromisso Social, a ser implantado diretamente pelas instituições de ensino, ou mediante convênios com órgãos estaduais, da administração direta ou indireta, fundações ou, ainda, em parcerias com instituições da sociedade civil sem lucrativos.

Art. 3º Os serviços comunitários deverão ser prestados junto a entidade ou órgão da administração federal, estadual ou municipal, ou ainda à organização não-governamental ou entidade da sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 4º A partir da entrada em vigor desta lei, todos os convênios, acordos, ajustes, contratos e demais avenças celebrados pelas universidades públicas estaduais com o estado do Paraná, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, cujo objeto esteja compreendido na área de extensão e seja pertinente a serviços de consultoria ou cooperação técnica, e ainda nas terceirizações admitidas na legislação específica, serão executados, preferencialmente, com a utilização de participantes do Programa Compromisso Social.

Art. 5º As universidades públicas estaduais deverão implantar mecanismos de controle e avaliação continuada do Programa Compromisso Social.

Art. 6º Poderá ser estabelecida bolsa-auxílio para atender às despesas básicas dos inscritos no programa.

Art. 7º Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas a estender o Programa Compromisso Social para ex-alunos, formados antes da vigência desta lei, para participação exclusivamente voluntária.

Art. 8º O programa instituído por esta lei poderá a ser implantado por órgãos estaduais de fomento à pesquisa, em contrapartida às bolsas concedidas.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.07.  
(aa) ROSANE FERREIRA  
RIBAS CARLI FILHO  
RUI HARA

**JUSTIFICATIVA:**

Na reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente, realizada no último dia 24 de abril, durante a palestra Procurado de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, foi debatida a idéia de se prever legalmente atividades de compromisso social para os alunos das universidades públicas estaduais, como forma de retribuição ao investimentos da sociedade - que financia o ensino público - através da prestação de serviços à comunidade.

A proposta ora apresentada tem como objetivo principal estimular, na prática, o amadurecimento da consciência social dos universitários, em face de uma realidade ainda apresentando estruturas sociais profundamente injustas.

Por outro lado, com as atividades profissionais a serem desenvolvidas na execução do Programa Compromisso Social, inúmeros municípios paranaenses estarão recebendo serviços capazes de, individualmente ou coletivamente, promover melhores condições de vida para a população.

PROJETO DE LEI Nº 356/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Dia - CTDIA, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.07.  
(a) ROSANE FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A instituição que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Curitiba - Paraná, é constituída juridicamente como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse comunitário, não governamental e filantrópica.

A Comunidade Terapêutica Dia - CTDIA, é uma instituição de apoio à saúde, ao desenvolvimento social, institucional e da cidadania, que tem como finalidade e objetivo principal ampliar o alcance e o resultado das ações de tratamento, de dependentes químicos, de maneira integrada com as suas respectivas famílias, não eliminando

o seu vínculo familiar e social, através de práticas terapêuticas diárias e manutenção do dependente em convívio com a sua família, mantendo-o em sua residências no período noturno, de forma a integrar e responsabilizar a família co-dependente e sua comunidade social no tratamento.

A CTDIA é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações, não admitindo controvérsias de raça, credo religioso, cor, gênero, ou político-partidárias, em suas atividades ou dependências.

Por essas razões, esperamos o devido apoio e a aprovação a esta proposta de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 357/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados os ônibus intermunicipais, que trafegam no estado do Paraná, a transportar, gratuitamente, os policiais militares do estado do Paraná, desde que fardados, mediante simples identificação.

Parágrafo Único. O transporte, de que trata o *caput* deste artigo, será permitido em pé, desde que o número transportado não comprometa a segurança do veículo ou desobedeça qualquer lei existente a respeito da matéria, sendo que, na existência de lugares para sentar, os policiais militares poderão ocupá-los desde que não exceda a 3 (três) vagas por veículo.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.07.

(a) DR. BATISTA

#### JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento de todos das dificuldades financeiras que encontram os soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná para conseguir sobreviver nos dias de hoje, mercê dos baixíssimos soldos e pelo fato de que a grande maioria foi obrigada, por esse motivo, morar a grande distância de seus locais de trabalho, inclusive em outros municípios. Estamos acostumados a ver dezenas de militares espalhados pelas rodovias, pedindo carona em razão da absoluta impossibilidade de pagarem passagem.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos Srs. Deputados que integram este Parlamento, que pretende minorar esta grave situação da valorosa corporação militar paranaense, sem ônus para o estado, no tempo em que trará mais segurança aos passageiros.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana, Deputado Elton, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O plenário está ainda vazio, mas como os Parlamentares estão pelos corredores, com certeza, haveremos de ter quórum para votar matérias de interesse do Sind-Saúde e, também, do funcionalismo de um modo geral.

Sr. Presidente, registro o que está na imprensa de hoje, que nós já tínhamos percebido, durante a visita do Papa ao Brasil, um padre muito famoso foi proibido de chegar perto do Papa. Ele e o Arcebispo de Santo Amaro. Vemos com tristeza, porque o sentido da Igreja é pregar o amor, a união, a paz e o Padre Marcelo Rossi, os católicos e até os não católicos devem ter percebido pela televisão, que não se mostrou nenhuma imagem do Padre Marcelo Rossi perto do Papa. A imprensa traz aqui que o Padre Marcelo Rossi ainda tentou chegar perto do Papa. Ele e o Arcebispo de Santo Amaro. Daí disseram: “Não! Não pode.”

Vejo como um verdadeiro absurdo se proibir. Não sou católico, já tive audiência com o Papa, no Vaticano. Nós lamentamos o que fizeram com o Padre Marcelo Rossi. Não é coisa do Papa, mas é gente que usa a Igreja para semear discórdia, para semear esse clima, talvez, até de ódio dentro da própria Igreja, quando o sentido da Igreja é pregar a palavra de Deus, pregar o amor entre todos nós.

Por último, Sr. Presidente, terminou agora há pouco a reunião da CCJ. Apresentei uma emenda que acho corretíssima, porque o Governo do Paraná mandou para esta Casa um projeto para reajustar o salário dos servidores públicos estaduais, porém não falou a partir de quando que vai haver esse aumento. A partir de quando? O Governador Requião, quando corrigiu o salário-mínimo regional, que é para o vizinho pagar, que é para os empresários pagarem, o Governador Requião colocou lá que aquele reajuste era a partir de 1º de maio. Agora, no tocante ao funcionalismo, Deputado Duílio Genari, nosso grande Líder, o Governador deu o aumento, mas ficou esse vazio profundo, de quando vai haver o aumento, porque ainda hoje, na “escolinha”, a informação dos Deputados governistas é que o próprio Requião reconheceu a respeito do lucro exagerado dos banqueiros, que tem 45 mil servidores públicos estaduais do Paraná pendurados, devendo para os bancos, pagando juros, que só em cima do funcionalismo do Paraná os banqueiros lucram mais de 100 milhões.

O Governador, que está de parabéns, reajustou o salário-mínimo regional, nosso louvor, obrigando os patrões, as patroas, os empresários a corrigirem os salários dos seus servidores, a partir de 1º de maio. Como o Governador mandou um projeto dando o aumento para o funcionalismo, mas sem falar quando, dizendo apenas que é para quando melhorar o desempenho da receita, resolvi - e tive o apoio de vários Parlamentares -

apresentar uma emenda determinando que esse aumento seja a partir de 1º de maio, retroativo.

Respeito a Comissão de Justiça que entendeu que a minha emenda é inconstitucional, que deve ficar o projeto do jeito que está, o aumento, mas sem saber a partir de quando.

Não sei se vamos poder chegar no agiota, o funcionalismo, e dizer para o banqueiro: “vou te pagar quando sair o aumento aqui”, porque não tem data para entrar em vigor o aumento. Continuo insistindo, vou continuar trabalhando em plenário, falei com o Deputado Tadeu Veneri e a Deputada Rosane e eles também anunciaram que vão votar a favor da nossa emenda, porque o aumento tem que ser a partir de 1º de maio.

E a outra tristeza, Deputada Rosane, é que a mesma Comissão de Constituição e Justiça - pobres servidores da área de saúde, vão sair todos xingando aqui, e com razão - a comissão de Justiça entendeu que a emenda da Deputada Rosane, abonando os 2 dias de faltas que eles estão descontando do salário do pessoal da área de saúde, que a emenda é também inconstitucional.

Lembro-me muito, Deputado Anibelli, daquele adágio que seu pai sempre ensinou, que comentava: “Ao amigo tudo, aos adversários o efeito da lei”. Não tem coisa pior que o efeito da lei. Estão dando ao pessoal do SindSaúde o efeito da lei. Quando tem alguma coisa que interessa ao pessoal da área da saúde ou ao funcionalismo, aí é inconstitucional e não pode ser aprovado. É uma pena, mas a emenda que abonava esses 2 dias que o Secretário da Saúde está, de maneira autoritária, descontando do pessoal do SindSaúde e que o SindSaúde está lutando contra esse desconto arbitrário, essa emenda também foi considerada inconstitucional agora há pouco na Comissão de Justiça.

Estaremos aqui junto a vários outros Deputados e Deputadas, com vocês. Vamos, mesmo em plenário, mesmo com o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, vamos continuar com o nosso voto coerente contra esse desconto que está sendo feito no salário dos servidores da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

### ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho aqui, rapidamente, para me dirigir porque li algumas informações que estavam na imprensa em alguns documentos que têm aqui num jornal, nas notas políticas na Gazeta do Povo, que dizem que eu me ausentava da Assembléia por problema de saúde. Acho que há um engano, tenho às vezes ficado até quieto quando temos algumas críticas que são inverídicas, que são improcedentes. Sou assinante da Gazeta do Povo, não

lembro há quantos anos que me descontam em folha, mas é uma forma, talvez por eu ter ganhado o ônibus tão propalado, mas acho que é de uma forma um pouco a desinformar. O dia que eu precisar tirar uma licença de saúde - sou médico, tenho os meus direitos - fosse preciso eu tiraria uma licença de saúde, e também é um documento reservado que eu não conheço exatamente quem escreve, mas é inverídico.

Também quero dizer o seguinte: sei que tem bastante gente da saúde, tem todas as áreas aqui de profissões. Somos todos mortais, vamos morrer um dia, isso é uma coisa que para mim sempre foi normal, então, só queria dizer aos órgãos de imprensa que às vezes é melhor nos informarmos melhor, e que tenhamos uma convivência bastante salutar.

Também quero levar um pouquinho de informação, porque naquele dia no qual me pronunciei, alguém dizia que parece que era só a saúde de Irati que estava bem. Não, eu acho que é um conjunto. Precisamos trabalhar na área da saúde num conjunto, na área federal, na área estadual e na área municipal. E temos aqui, para nossa grata satisfação, temos aqui na Assembléia Legislativa 5 médicos. Entre eles o Dr. Batista, que tem nos acompanhado sempre; o Dr. Cheida, que conhece bastante de UTI, bastante da área de saúde - lembro muito bem quando fui Prefeito e o Cheida também foi - temos o Dr. Rui Hara, o Dr. Accorsi e temos a mim, Dr. Felipe.

Gostaria de passar algumas informações, que também não precisa ser só a questão de Santas Casas e outras coisas. Precisamos pensar em hospitais regionais. Queria passar alguma informação: o jornal, aqui, traz com bastante propriedade, no Diário Popular de Curitiba, temos algumas informações. Gostaria de passar a vocês o coeficiente de mortalidade infantil em Irati, especificamente em Irati: 7%. Sei que muita gente não sabe o que é coeficiente de mortalidade infantil, e também não precisa saber, não é da área. Como estes dias eu disse que não tenho conhecimento para fazer uma edificação, cada um tem sua área. Sete por cento é um esforço de todos, é um esforço de toda uma área de saúde, do estado, do município, da área federal, enfim, de nós profissionais da área da saúde. Sete por cento; nos aproximamos dos melhores coeficientes do mundo. Talvez próximo dos Estados Unidos. Sete por cento, por mil.

Importante o que o Cheida está colocando, porque o que acontece? É por mil. É cada criança que nasce, de zero a 1 ano, ela tem esta expectativa de vida. Então, temos hoje 7%. É lógico, este coeficiente pode mudar de uma hora para outra, porque vem uma criança com má formação, vem uma série de outras coisas e pode mudar. Então, nossa regional, hoje, ocupa também uma posição normal no estado. Isto temos visto que está se reduzido no estado e no Paraná.

E também gostaria de fazer uma colocação, é muito importante que todos saibam: às vezes, vejo críticas com relação à central de leitos. A central de leitos veio implantada no estado do Paraná, não lembro há quanto

tempo, mas lembro que há bastante tempo, e a central de leitos vem para corrigir distorções. Às vezes procurávamos uma vaga, aqui ou lá, e a central de leitos regulariza isto.

Quero colocar, também, que nós em Irati, na região, recebemos pacientes. Se é de Sengés, se é de Ponta Grossa, se é de outros lugares - até de Curitiba - e ao mesmo tempo também temos a necessidade de enviar pacientes para estes lugares.

Então, eu queria fazer esta colocação, parabenizar a regional, o serviço como um todo e parabenizar não só o município de Irati, mas todos os municípios que estão fazendo um esforço na área de saúde. Eu sei que é difícil, até estamos com servidores na área de saúde, mas tudo é um conjunto. Se não conseguimos de outra forma - e precisamos de uma união pela saúde - não adianta trabalharmos em outra consonância. Precisamos trabalhar com toda a união.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Era isto o que eu queria colocar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto, a quem concedemos a palavra.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, vou utilizar, também, o horário do nosso glorioso PTB.

Vou falar de 3 assuntos, hoje. Primeiro, Sr. Presidente, quero inscrever o Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Guinness Book. Vou fazer a proposição, amanhã, para que esta Casa inscreva o nosso órgão auxiliar no Guinness, porque fizemos um pedido de informações, aqui, ontem, e o pedido já está na minha mão, já chegou. Deputado Anibelli, parece serelepe!

Outro dia brinquei aqui, falei do rabinho de cavalo do Conselheiro e que, Sr. Presidente, não quis ofendê-lo. Eu quis dizer que, hoje, a juventude usa aquele rabinho que chamamos de rabinho de cavalo. Não é pejorativo, mas tenho que chamar ele de serelepe! O Deputado Fábio Camargo me chamava a atenção de algumas coisas, outro dia, ali, mas vou chamar o Conselheiro de serelepe. Quem conhece o serelepe? O serelepe é um bichinho rapidinho, anda rápido que ninguém chega perto dele. Assim deve ser chamado o Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.

Vou inscrever o Conselheiro Fernando Guimarães no Guinness porque o pedido foi feito ontem e, hoje, já está aqui. Ele está apenas informando porque mandou as contas da publicidade. Esta Casa aprovou as contas de 2006, que o Deputado Marcelo Rangel pediu, da Comunicação. Ele mandou de 2005, também. E ele diz, Deputado Dobrandino, que ele mandou

entendendo que foi um trabalho específico e que ele teve apenas a gentileza de encaminhar a cópia do respectivo trabalho anterior, também realizado pela inspetoria. Então, foi uma gentileza. O Tribunal de Contas, o Conselheiro foi apenas gentil.

Está aqui o documento. Em menos de 24 horas foi respondido pelo Tribunal de Contas o nosso pedido de informações. Tomara que eles respondam tudo que queremos em 24 horas. Em menos de 24 horas veio a informação que foi apenas uma gentileza, então, o nosso Conselheiro Dr. Fernando Guimarães é só gentil, nada mais. Nada mais a falar desse caso. Depois eu encaminho a cópia se alguém quiser ler.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz, aqui, hoje: Deputado Marcelo Rangel, fiquei triste e queria pedir auxílio a V. Exa. porque eu li nos jornais que o Governador Requião denominou de Palácio das Araucárias o prédio novo, aqui, o antigo fórum. Eu tinha feito um requerimento pedindo que fosse denominado Rio Tibagi. Como temos o Palácio Iguaçu, ao lado teríamos o Rio Tibagi. Para surpresa minha, hoje, eu vejo lá Palácio das Araucárias. O Paraná também é de araucárias, não vejo problema algum, mas só fiquei preocupado porque fiz um projeto, aqui, dia 1º de janeiro, logo que assumi, pedindo que fosse colocado esse nome.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PTB***

Achei que o meu projeto já estava no Palácio, podia vir aqui para ser aprovado e, agora, descobri que o projeto está parado na Comissão de Obras desde o dia 20 de março. O projeto está parado na Comissão de Obras, que V. Exa. é Presidente, desde o dia 20 de março. Não teve parecer, não teve nada e, agora, vejo com surpresa que o nosso projeto Palácio Rio Tibagi não andou. O projeto parou lá na sua comissão e sou surpreendido, pela manhã, com Palácio das Araucárias.

Queria saber de V. Exa. o que houve que parou o nosso projeto lá.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte?

**(Assentimento)**

Parece-me que o governo passou a perna no senhor de novo. É isso o que aconteceu.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Mas está na sua comissão.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Se eles denominaram Palácio das Araucárias, sem antes esperar que o processo tramite, normalmente aqui na Assembléia Legislativa, passaram a perna de novo no senhor.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Queria perguntar a V. Exa. porque demorou e está parado na sua comissão o projeto? Por que não veio para Plenário, para votarmos?

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

O senhor é convidado para participar das reuniões da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação e conversar também com o Relator a respeito desse assunto. Aliás, convido V. Exa. para participar das reuniões de obras e de comunicação, principalmente, para dar o seu parecer a respeito do escândalo que relatamos na semana passada aqui na Assembléia Legislativa. É importante me dar o seu parecer também.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Já lhe dei e lhe dei o voto, para que o senhor conseguisse as informações. Perdemos o Rio Tibagi, que era um sonho, porque o projeto acabou parado na Comissão de Obras, no que lamento profundamente. Não vai nenhuma crítica, mas infelizmente, parou e o projeto não andou.

Sr. Presidente, eu queria falar, aqui, hoje, sobre as UTIs. Disse ontem, Deputado Romanelli, que aquela mãezinha que seu filho de 7 anos estava precisando de uma UTI pediátrica, que não tinha em Ponta Grossa e nem em Curitiba pelo SUS - Deputado Luizão, V. Exa. que esteve em Ponta Grossa, não tinha UTI para uma criança de 7 anos. Uma criança sem pai, a mãe é bóia-fria, vive dos R\$ 70 da Bolsa-Escola e de um dinheirinho, e ela tem mais 2 filhos, sozinha e sem marido. Essa mãe, cujo filho de 7 anos, teria perdido a vida se não tivéssemos trazido esse garoto para Curitiba. Está no Hospital Vita, internado, particular. O garoto, Dr. Batista, está com suspeita de ter meningite, isolado na UTI. Graças a Deus, ontem e hoje, pela manhã, o garoto saiu do coma e está um pouco melhor. Dr. Batista, o senhor que é um grande médico, a médica do Hospital Vita me disse - está gravado em meu gabinete - que se não fosse o leito de UTI, aquela criança teria morrido em Ponta Grossa.

Sei que o governo tem feito algumas coisas pela saúde, mas eu disse, aqui, ontem, que eu achava que aquela mãezinha e que aquela família era eleitora do governador e minha também, porque era de uma favela de Ponta Grossa, onde estão os nossos votos mais simples do nosso povo. Hoje, o jornal Diário dos Campos abre uma manchete e diz: "Criança aguarda 28 horas por UTI. Menino só foi internado depois de ter sido paga uma caução de R\$ 10 mil, no Hospital Vita, em Curitiba." Nada contra o hospital que é privado. O cheque caiu na conta, hoje, da Garagem da Esperança. No dia de ontem, fizemos um empréstimo para cobrir a conta desse menino. Não tínhamos esse dinheiro, fizemos um empréstimo para cobrir o cheque e pagamos este cheque de R\$ 10 mil.

O que mais me entristece, Deputado Anibelli e companheiros, é que a família do menininho é da Carta de Puebla, sim. Aqui está, Deputado Waldyr Pugliesi, a

pequena meia-aguinha da avó da criança, que tem 4 adesivos da eleição passada. Depois vou lhe dar uma cópia do jornal. Tem 4 adesivos. Na pequena janelinha da casa daquela criança tem 4 adesivos de campanha, sendo que 1 é meu, do número 14.123, e os outros 3 V. Exa. já imagina de quem são os adesivos: 15 - Requião. E esse garoto não foi salvo pelo Requião! Foi salvo por aquele Deputado que não pode fazer interferência, que não pode indicar, que não pode nem falar com a Regional de Saúde. Mas a Carta de Puebla sobreviveu, está viva porque nós a representamos lá e aqui está a prova: essa criança está viva.

Pediria ao Governador: está na hora de mudar a saúde no Paraná. Está cheia de problemas a saúde no Paraná! Cláudio Xavier já fez a sua parte. Vamos colocar outra pessoa lá. Vamos trocar, Governador!

Nada pessoal contra a figura do Cláudio Xavier, mas contra o Secretário. Peço ao Governador que ajudei a eleger: Governador, aqui está a prova que um filhinho de uma bóia-fria estaria morto hoje se dependesse do seu Secretário. Por isso lhe peço, pelos votos que pedi ao Governador e nada pessoal contra o Xavier, mas ele já fez a sua parte, que vá para casa. Deixa um novo Secretário tocar a saúde do Paraná!

Volto a dizer: nada pessoal contra a figura do Secretário, eu o respeito, mas ele já fez a sua parte. Vamos colocar alguém que possa respeitar o Governador, respeitar as famílias que votaram no Requião, as famílias da Carta de Puebla. Mas o gurizinho está bem! Deputado Cheida, ele está vivo! Saiu do coma e já falou. Está vivo, porque agimos na hora certa. Só lamento, porque isso não é função de Deputado; Deputado não deve fazer isso, mas em extrema urgência tivemos que fazer. Mas, aconteça o que acontecer, valeu a pena: um garotinho de 7 anos, filho de uma bóia-fria, com a mãe, a avó, a família eleitores do Governador Requião, da Carta de Puebla, está vivo, não por ele, não pelo incompetente Secretário, está vivo porque ainda resta uma esperança que esse Secretário vá para casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

***Deputado Reni Pereira (PSB)*****O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, nossos visitantes.

Quero registrar aqui a presença do Prefeito de Altamira, Ademar Klein, juntamente com o seu assessor, daquele município. Aliás, se tiver outro Prefeito aqui presente, acho que o meu pronunciamento também vale para todos os Prefeitos do Paraná.

Deputado Alexandre Curi, V. Exa. neste momento acho que está revestido do poder e talvez possa me res-

ponder. Procurei o Líder do Governo, hoje pela manhã, para que ele solicitasse junto a Secretaria da Segurança Pública se existiam alguns outros motivos para aquelas prisões que ocorreram ontem aqui no Paraná.

Por que falo isso? Porque a impressão que deu na grande mídia nacional, e acompanhei todos os telejornais, inclusive aqueles que passam pela madrugada, dá a impressão que o estado do Paraná é parte de um grande esquema criminoso em relação ao IPVA. Não tenho aqui procuração para defender este ou aquele governo, mas tenho procuração para defender o estado do Paraná. Essa lei do IPVA que temos hoje aqui no Paraná e que todo ano votamos, que já vem de muito tempo e é uma das melhores legislações do País e talvez seja por isso mesmo que para cá vieram inúmeras locadoras de automóveis procurando mais justiça tributária que não encontram em outros estados, como exemplo o estado de São Paulo que tem até uma alíquota absurda de 6% do valor do veículo. Em média, o imposto do Paraná é a metade do preço do estado de São Paulo e eu peguei a legislação do estado de São Paulo e está bem claro: a exemplo da nossa legislação, o IPVA não é um imposto vinculado ao domicílio, é vinculado à propriedade do veículo e ao próprio veículo que não pode ser transferido se tiver débito pendente. Portanto, o estado do Paraná não cometeu nenhum crime em ter uma legislação com justiça tributária.

Acho muito importante, Sr. Presidente, que esta Casa levante essa questão, porque segundo eu ouvi pela imprensa, mais de 400 mil veículos estariam emplacados no Paraná, sendo que seus proprietários, pessoas jurídicas, poderiam ter sede em outro estado e uma filial aqui no Paraná. Pois bem, a lei acoberta isso, ninguém cometeu. Agora, o que eu solicitei ao Líder do Governo é que se, eventualmente, existe outro crime praticado pelos despachantes, que ele verificasse, porque eu nem sei quem foi preso, eventualmente, pode ter alguma falsificação de documento em relação às pessoas físicas que para cá transferiram as placas dos seus veículos, porque em relação à pessoa jurídica, basta ela ter um CNPJ no Paraná que estará acobertada pela lei. Agora, o que muito despertou a minha atenção foi que na legislação do estado de São Paulo não existe nem a solidariedade para com o despachante.

O Deputado Dobrandino, hoje, inclusive, passou na CCJ um projeto, de autoria dele, que valoriza os despachantes do Paraná no sentido de continuar reconhecendo a atividade do despachante quando por ocasião das transferências de veículos, já que o Tribunal de Justiça exige que a pessoa vá pessoalmente ao cartório. Nós aprovamos inúmeras leis nesta Casa valorizando a pessoa do despachante e a lei do IPVA do Paraná, esta sim, garante uma solidariedade para os despachantes se eventualmente eles cometerem algum descaminho na sua profissão, algum desvio, alguma falsificação, mas a lei de São Paulo não atribui.

Agora, ninguém viu, eu não vi em nenhum lugar da imprensa que pegaram um Diretor de alguma locadora

de veículos por ter cometido fraude, que pegaram algum empresário, que pegaram alguma pessoa que tenha 10 ou 20 carros. Agora, é interessante isso, os despachantes é que teriam cometido a fraude e a grande conotação que se deu na mídia nacional é que o estado do Paraná seria parte. Então, não houve fraude, o que houve, sim, é que hoje, dentro do critério da guerra fiscal, o estado do Paraná tem uma das melhores legislações de IPVA que existe no País.

E como existe a prerrogativa, principalmente, das locadoras registrarem os seus carros onde têm filial, com certeza eles buscaram o estado do Paraná. Então, o Líder do Governo não se faz presente, mas eu gostaria que ele encampasse essa verificação junto à Secretaria da Segurança para ver quais os crimes que os despachantes cometeram e se, eventualmente, cometeram, que sejam punidos por esses crimes. Agora, o que precisamos é defender o estado do Paraná que está pela grande mídia, pela mídia nacional, envolvido como se tivesse o estado do Paraná algum crime tributário por ter uma legislação menor em relação a outros municípios e em relação a outros estados. E os municípios do Paraná, certamente temos aqui trabalhadores que estão em busca de melhorias, temos um projeto de lei que deve ser votado hoje que envolve o aumento da arrecadação.

Essa manifestação vem no sentido de que se perseverar esse entendimento da mídia de quem está hoje com a empresa em outro local do País e tem os veículos licenciados aqui no Paraná, está cometendo crime. Mas de 400 mil veículos podem ter o seu licenciamento transferido para os outros estados. Isso implica em uma redução drástica de IPVA; isso implica em dizer que aquele aumento que está previsto na lei que vamos votar hoje terá grandes dificuldades de ser implementado no estado do Paraná; isso implica dizer que muitos municípios do estado do Paraná vão perder 50% que lhe é devido do IPVA.

Então, é preciso que nós Deputados verifiquemos a fundo o que realmente aconteceu nessa operação da Polícia Federal.

E gostaria de, para concluir, Sr. Presidente, dizer que o estado do Paraná não foi para São Paulo prender contabilistas ou empresários que deixaram o estado do Paraná e se estabeleceram lá quando o ex-Governador Geraldo Alckmin, irresponsavelmente, zerou a alíquota do trigo naquele estado e toda a cadeia produtiva do trigo, mesmo sem o estado de São Paulo produzir um único grão de trigo, e o Paraná, que é o maior produtor de trigo, teve que reduzir mais de R\$ 1 milhão por mês de arrecadação do setor do trigo e o estado de São Paulo até hoje não se manifestou. O que acontece, na prática, é que todo o trigo da Argentina está entrando sem pagar um tostão, seja para o estado de São Paulo, seja para qualquer outro lugar do Brasil, via porto de Santos, porque lá não se cobra imposto.

Então, esta guerra fiscal é que o estado de São Paulo, quando apertou o calo dele por causa do IPVA,

colocou a Polícia Federal, e eu quero, Sr. Presidente, que o Líder do Governo verifique na Secretaria da Segurança o porquê da PIC envolvida, quais os crimes que os despachantes do Paraná promoveram, porque caso contrário, se a PIC se envolveu nessa operação, atendendo os interesses do estado de São Paulo, o estado do Paraná está dando um tiro no próprio pé, porque ninguém daqui vai prender os empresários quando deixam de gerar emprego aqui, deixam de arrecadar e vão em busca de melhores incentivos em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina. O IPVA nada mais é do que o imposto que o estado do Paraná - mais uma vez falo - é exceção à regra e tem justiça tributária.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado Reni.

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra, por 30 minutos, o Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. servidores da área de saúde.

Inicialmente, gostaria de revelar que votarei a favor da emenda da Deputada Rosane, porque considero uma verdadeira injustiça o que vem sendo feito com os servidores da saúde pública no estado do Paraná. Nós estamos ao lado de vocês.

Sr. Presidente, os assuntos que me trazem a esta tribuna na tarde de hoje são muitos, porém, o mais complexo deles é a situação dos aposentados e pensionistas da Aerus, que vieram recentemente ao meu gabinete, através do seu Presidente e do competente e dinâmico Vereador de Curitiba, Paulo Frote, que vem empunhando a bandeira desta causa justa e que precisa de uma atenção especial das autoridades.

Vereador Paulo Frote, meus parabéns pelo seu trabalho e pela sua luta.

Em síntese, Sr. Presidente, o caso Aerus Varig resume-se ao que irei expor aqui neste momento.

**(Lê):**

“O fundo foi criado de forma absolutamente engenhosa e legal: além das contribuições de empregado e empregador, havia uma terceira fonte de financiamento, definida a partir de estudos de um Grupo Interministerial. Tratava-se de 3% sobre toda a venda de bilhetes aéreos domésticos no país. Esse percentual era obrigação decorrente do contrato de concessão firmado entre união e as companhias aéreas.

A VASP - que é patrocinadora de outro instituto, de nome assemelhado - Aeros - Fundo de Previdência Complementar - tão logo ‘privatizada’ solicitou não mais repassar a chamada 3ª fonte de financiamento. Alegou o DAC, em 1990, que se tratava de condições

da concessão, ou seja, cláusula de cumprimento obrigatório, rechaçando a pretensão da VASP. Alegou, ainda, que não era a VASP quem pagava - tão somente repassava ao consumidor o valor relativo à 3ª fonte. Sete meses após, a VASP novamente foi ao DAC e obteve, curiosamente, um ofício que dispensava todas as companhias aéreas de repassar a 3ª fonte. A mesma autoridade negou e, 7 meses após, autorizou essa barbaridade. Aí há 3 problemas: a) não houve processo administrativo que permitisse ao Instituto Aerus opinar a respeito de sua própria sobrevivência; b) nunca competiu ao DAC opinar ou decidir sobre custeio de fundos de pensão; c) quem deveria fiscalizar, ou seja, a Secretaria de Previdência Complementar, silenciou completamente sobre o assunto. Assim, o Aerus teve simplesmente extinta uma das 3 fontes de financiamento.

Já em 1995 foi criado o 2º plano de benefícios do Aerus, o chamado Plano II, construído sob a modalidade de contribuição definida, e praticamente imposto ao universo de participantes. A moda dos chamados planos de CD chegou aqui pelas mãos das multinacionais de atuação. O problema não foi a implantação de um plano de CD: foi sua criação a partir de recursos do plano antigo, sem que o plano antigo assim autorizasse. Ainda mais grave: novamente foi quebrada a regra de custeio do Aerus. A regra original previa um percentual da folha de pagamento a ser paga pela patrocinadora. Com a criação do Plano II, as companhias aéreas passaram a adotar outro conceito: não mais a folha total de pagamento, mas a chamada folha de participantes. Ocorre, no entanto, que o plano havia sido formulado com o cálculo do seu custeio a partir da folha total de pagamento, e não da chamada folha de participantes. O procedimento - a quebra da regra de custeio - foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, assim como a criação de um plano a partir de recursos de outro.

Já em 1998, a SPC autorizou a saída da TAM, que também era patrocinadora do instituto. Ocorre que o regulamento do Aerus previa o aporte em caso de retirada do patrocínio, e a SPC autorizou a saída da TAM retirando recursos do plano. Novo baque na entidade. Em vinte e nove de dezembro de dois mil e dois - 3 dias antes do término do governo FHC - houve outra aprovação absolutamente espetacular pela SPC: aprovou o ‘estilhamento’ dos planos de benefícios. Ou seja, anteriormente havia o Plano I e o Plano II. A partir de então, passou a existir Plano VARIG I e II, Plano Rio Sul I e II, Plano Nordeste I e II, e por aí afora. Foram, portanto, gerados 19 planos de benefícios, se não me falha a memória. O mais extraordinário, o mais inacreditável: foi modificado o regulamento.

Em cada um desses planos, a patrocinadora passou a contribuir com quanto quisesse, quando quisesse e se quisesse. E, por coincidência, nunca mais quis contribuir. Ou seja, havia um contrato entre privados - participantes, fundo de pensão e patrocinadora. A SPC simplesmente autorizou que uma das partes não mais honrasse o con-



trato, que uma das partes, passasse a contribuir de forma diferente.

Isso ocorreu em todos os planos fruto do estilhamento. Ainda mais: conforme você sabe, os fundos de pensão funcionam em regime de capitalização. Nesse regime, acumula-se previamente, cada geração acumula os recursos para pagar a sua própria aposentadoria. Em determinado momento, a VARIG não conseguiu honrar sua contribuição e pediu que fosse financiada por 12 meses. Não honrou, mais 12 meses. Não honrou novamente, mais 36 meses, mais 10 anos, mais 20 anos. No total houve 21 renegociações de dívidas entre Aerus e VARIG, e 8 renegociações de dívidas entre Aerus e a Transbrasil. Ou seja, a lei exige regime de capitalização. A SPC, no entanto, aprovou um regime que chamo de 'contratação', e não capitalização. Ao invés de aportar recursos, aportava contratos. E tais contratos nunca foram honrados.

Veja que não houve apenas omissão da união. Houve ação deliberada da SPC aprovando quebra de regras contratuais de forma unilateral, sempre em prejuízo do participante, ou seja, da parte mais fraca.

Justamente por isso foi ajuizada ação civil pública responsabilizando civilmente a união pela quebra do Instituto. Dada a robustez das provas apresentadas, foi obtida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, determinando S. Exa. Desembargadora Federal Neuza Alves da Silva que a união aportasse os valores necessários à manutenção mensal do benefício para cada assistido. Descumprida a decisão judicial, foi estabelecida multa diária por descumprimento.

A união ingressou com pedido de suspensão de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal. Trata-se de recurso atípico, de uso exclusivo da união, estados e municípios, cabível quando houver, independentemente do juízo de mérito, possibilidade de dano à ordem pública, à saúde pública, à segurança pública ou à economia. S. Exa. Ministra Presidenta deferiu tão somente a suspensão da multa, sem afastar a decisão que responsabiliza a união.

Ou seja, a decisão permanece válida, a que responsabiliza a união, dados os absurdos praticados, mas a multa diária que compelia à união a pagar foi afastada provisoriamente. Contra essa decisão foi interposto agravo regimental a ser julgado pelo pleno do STF.

O que houve, então, no Aerus? Houve fraude à capitalização, e essa fraude foi perpetrada pelas próprias autoridades públicas. Não houve apenas omissão: a união agiu, autorizou, aprovou, chegando ao cúmulo de criar a figura de patrocinadoras que nada patrocinam, ou seja, que não estão obrigadas a contribuir para o fundo. E os contratos firmados? Foram completamente ignorados pela União.

É essa a síntese da questão. As ilegalidades perpassaram diversos governos. Ao invés de recursos, ingressavam 'contratos de refinanciamento'. São as chamadas 'operações mata-mata', absolutamente vedadas pelo Banco Central e vedadas entre fundos e suas patrocinadoras. A SPC, no entanto, aprovou cada uma das múltiplas

renegociações. Houve fraude à lei, houve fraude ao regime de capitalização. Há decisão judicial determinando a responsabilização da união. Foi afastada tão somente a multa diária. E a união permanece descumprindo a decisão."

Gostaria, Sr. Presidente, após esta explanação técnico-jurídica do problema, de alertar para o drama que está sendo vivido por pessoas que apostaram toda a sua garantia de uma terceira idade com tranquilidade, com harmonia no Air Bus VARIG, Aerus/VARIG e que devido ao que ocorreu com a Aerus/VARIG, hoje vivem uma instabilidade financeira, emocional, porque não até dizer, física, devido ao desgaste pelo qual estão passando. Essas pessoas vieram aqui hoje, vieram à Assembléia Legislativa do Paraná, procurar os Parlamentares eleitos democraticamente pelos cidadãos paranaenses nas últimas eleições, porque acreditam em nós, Sr. Presidente.

Quando o desgaste da classe política brasileira é tão elevado, como temos constatado atualmente pelas pesquisas feitas em todo o Brasil, vemos que têm pessoas que acreditam no Parlamento, que acreditam na Casa do Povo e que esperam dos Srs. Deputados uma postura firme em sua defesa. O que podemos nós fazer? Eis a questão! A exemplo dos trabalhadores da saúde, Sr. Presidente, que vieram lutar pelos seus direitos, acredito que os aposentados e pensionistas do caso Aerus/ VARIG, também podem encontrar apoio nesta Casa.

É por isso que peço a V. Exa., Deputado Nelson Justus, que a íntegra deste relato feito até o momento, seja encaminhado oficialmente ao Sr. Presidente da República, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara Federal, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e também ao Sr. Ministro da Justiça, para que possamos mostrar a realidade, como está sendo feito em várias Casas Legislativas em todo o Brasil e mostrar que essas pessoas encontram nos Parlamentos aliados, que querem uma solução para esse verdadeiro drama, que está colocando em risco a saúde de muitas pessoas que estão na terceira idade e que já não têm mais a garantia de viverem com tranquilidade e com harmonia os dias, se Deus quiser, muitos dias que lhes restam.

Sobre este caso, creio que neste momento eram estas as informações que eu precisava fazer, Sr. Presidente, mas com a sua permissão, irei rapidamente abordar dois outros assuntos.

Um deles é que no dia 9 de abril, enviei, na condição de Presidente da Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa, um ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Xavier, Secretário Estadual da Saúde.

(Lê:)

*"COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA*

*Curitiba, 09 de abril de 2007.*

*OFÍCIO N° 002/07*

*Exmo. Sr. Dr. Cláudio Murilo Xavier.*

*Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, venho por meio deste, solicitar a V. Exa. que sejam enviadas cópias dos seguintes documentos:*

1) todos os procedimentos licitatórios para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

2) todos os procedimentos de dispensa de licitação para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

3) todas as ordens judiciais para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Solicitamos ainda, que seja especificada a quantidade e identificação dos medicamentos adquiridos com verbas federais e estaduais nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Atenciosamente,

(a) NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Saúde”.

(Lê:)

“GOVERNO DO PARANÁ

Curitiba, 07 de maio de 2007.

OFÍCIO N° 930/07/GS

Senhor Deputado,

Reportamo-nos ao Ofício n° 002/07, Protocolo n° 9.456.857-9, em que V. Exa. solicita o envio de cópia de documentos referentes a compras de medicamentos.

Tal solicitação será prontamente atendida por esta Secretaria, desde que respeitado o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, que estabelece que pedidos desta natureza, feitos à Secretários de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, são atribuições da Mesa da Assembleia Legislativa.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos expressões de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) CLÁUDIO XAVIER

Secretário de Estado

Exmo. Sr.

Deputado Ney Leprevost

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Curitiba/PR”

Pois bem, vamos ao mencionado artigo 55 da Constituição Estadual, citado pelo Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, que usou esse subterfúgio para prorrogar a resposta que estamos solicitando.

Art. 55. A Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas.

O Regimento e a Constituição do Estado são claros, eles não afirmam que um Deputado, Presidente de uma Comissão, não pode enviar um ofício para um Secretário de Estado pedindo informações. Até porque a publicidade dos atos públicos é um preceito constitucio-

nal e o Secretário teria que responder essa pergunta vinda de qualquer cidadão paranaense, e não apenas de um Deputado.

Vamos adiante, na própria seção que trata das Comissões Permanentes da Assembleia e da sua competência, está claro no artigo 29, em seu inciso V: *O Deputado pode requisitar, por intermédio do Presidente da Comissão, diligências sobre matéria em exame.*

No mesmo artigo: *O Deputado da Comissão deve promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público relacionado com a sua competência.*

E mais, está escrito no Regimento da Assembleia que o Deputado poder solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações. Como se não bastasse isso, o Presidente das Comissões pode convocar Secretário de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições.

Diante do que acabo de explanar aqui e diante do que sempre ouço do nobre Líder do Governo, meu particular amigo Luiz Claudio Romanelli, que normalmente nos orienta a encaminhar ofícios para as Secretarias evitando assim a votação de pedido de informações no plenário. Só posso concluir que o Secretário da Saúde não está disposto a enviar as respostas a essas perguntas que formulei.

Gostaria de ouvir o aparte do Deputado Augustinho Zucchi.

#### O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Meu caro Deputado Ney Leprevost, escuto o vosso pronunciamento que é oportuno sobre todos os assuntos tratados por V. Exa. na tribuna, mas quero, além de me somar às suas posições com relação o assunto da Aerus e também com relação a questão da saúde que V. Exa. coloca nesta tarde, rapidamente fazer uma referência a esse último ponto citado no seu pronunciamento. Parece que combinamos, se não fosse apenas uma coincidência daquilo que V. Exa. lê na tribuna. Fiz um requerimento com o mesmo teor que fez V. Exa. no ofício que encaminhou ao Secretário da Saúde. No requerimento que fiz, Deputado Ney, fiz também todas as cópias dos procedimentos licitatórios e me chamou a atenção o fato de o Governador ter avocado para si a condição de autorização para a compra de medicamentos.

Isso me causou estranheza. Segundo sabemos, nesse ano eleitoral, ou seja, no ano de 2006, o valor de aquisição de medicamentos é muito alto no estado do Paraná, aliás, muito maior do que foi nos outros anos. Atendi a solicitação do Deputado Romanelli, ele me pediu que não colocasse o requerimento em votação e que as informações seriam repassadas pelo Sr. Secretário, independentemente da aprovação do requerimento aqui.

Deputado, V. Exa. levanta uma questão muito importante: qualquer cidadão, não precisa ser Parlamentar, tem direito a saber dos atos públicos de uma Secretaria que, aliás, gerencia os recursos públicos que é recurso

que vêm da população que merece a transparência total da sua aplicação.

Somo-me a V. Exa., acho que o Secretário deve dar uma explicação ao requerimento de V. Exa. e já faço aqui uma referência ao meu requerimento encaminhado e solicitado ao Líder do Governo para que não fosse votado.

Obviamente não espero uma resposta, como recebeu V. Exa. Acho que o Secretário tem que dizer para esta Casa quanto de medicamento comprou, e quais foram os procedimentos licitatórios, quem venceu a licitação, qual é o tipo de medicamento, quais foram dispensados de licitação, é o mínimo que devemos saber. Isso é uma atribuição nossa. Somo-me a V. Exa., e a resposta que virá a mim, não poderá ser essa que veio a V. Exa., e a resposta que merece V. Exa. não é essa que veio através de ofício.

Muito obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço ao nobre Deputado, parabênzo pelas suas colocações muito oportunas, e nós estaremos estudando os mecanismos legais para conseguir obter estas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encareceria ao Deputado Jocelito Canto que fosse breve, por gentileza, porque o Grande Expediente está terminando.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Queria cumprimentá-lo, Deputado Ney Leprevost, pela iniciativa e queria dizer que mais grave, Deputado Augustinho Zucchi, muito mais grave do que o Governador chamar para si a indicação da compra dos remédios, mais grave do que isto - e estamos passando despercebidos - é a questão do Instituto de Saúde do Paraná. O Instituto de Saúde do Paraná foi extinto pelo Governo. Por que tão rápido? Por que passou muito rápida a extinção? Por que o governo quis fechar, rapidamente, o Instituto de Saúde?

Se não me falha a memória, esse Instituto é o responsável pela compra de todos esses equipamentos, materiais e um monte de coisas que estamos vendo, aqui. Eu chamaria a atenção de V. Exa., como Presidente da Comissão de Saúde: o “mico” está no Instituto de Saúde do Paraná. É de lá que vem tudo o que V. Exa. está falando, e foi extinguido rapidamente. É porque alguma tem embaixo desse tapete.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o valioso aparte do Deputado Jocelito Canto.

O Presidente já me alerta que o tempo está se esgotando, apenas quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela condução dinâmica, séria, imparcial e democrática das Sessões desta Casa Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado, Deputado.

### ***Horário das Lideranças:***

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins, usando o horário destinado ao PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresentamos, no dia 20 de março último, um pedido de informações ao Secretário da Educação, Maurício Requião. Na verdade, naquele momento o Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, nos solicitou que retirássemos o pedido de informações porque ele mandaria as respostas de todas as questões.

O Deputado Romanelli, Líder do Governo, cumpriu com o que ele havia acordado, só que analisando as respostas não nos contentamos com isto, porque na verdade é muito mais profundo. E não estamos aqui fazendo juízo de valores do Secretário da Educação, não estamos aqui pré-julgando o Secretário da Educação do Estado do Paraná. Apenas queremos saber a respeito da compra dos 22 mil televisores. Quanto se pagou por esses televisores? Enfim, algumas considerações importantes a respeito da resposta do Secretário da Educação do Estado do Paraná.

A isenção concedida aos contribuintes fornecedores de mercadorias aos órgãos ou entes da administração pública direta, suas fundações e autarquias, está condicionada ao desconto no valor da mercadoria, no valor do ICMS que seria devido naquela operação. A verificação do cumprimento dessa condição é dever e responsabilidade do órgão da administração pública adquirente da mercadoria.

A Secretaria da Educação é órgão que pertence à estrutura administrativa do estado, que é o titular da competência para instituir o ICMS e assim, também, para dispensar o seu pagamento, nas condições permitidas na legislação tributária, praticando a renúncia de receita fiscal de que trata a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O fundamento da isenção concedida aos fornecedores de mercadorias para o estado é o fato de que o estado, que é o ente tributante do ICMS, não poderia figurar no pólo passivo da relação tributária, ainda que na condição de sujeito passivo de fato, ou seja, aquele a quem o ônus tributário é repassado. E por quê não? Simplesmente porque não faz sentido cobrar de si mesmo. Como que o estado vai cobrar de si mesmo?

Todavia, se o fornecedor não destacar o imposto na nota fiscal e, também, não deduzi-lo do valor da merca-

doria, o estado estará pagando seu valor duas vezes - um valor maior do preço da mercadoria e outro o valor do imposto não destacado na nota fiscal, que não será recolhido aos seus cofres. Perde duas vezes. Portanto, deverá a Secretaria da Educação, diligente e responsabilmente, ir buscar as informações solicitadas nos itens 02, 03 e 04 do requerimento, quem solicitou, sob pena de não o fazendo incorrer em crime de improbidade administrativa por intolerável omissão de cautela, que é inerente à condição de gestor, principalmente do gestor de recursos públicos.

Vejam bem como pensa o nobre Secretário da Educação: ele pensa que o Poder Legislativo deve ir buscar as informações solicitadas junto ao fornecedor e ao fabricante das televisões, muito embora possamos fazê-lo, inclusive por meio do Tribunal de Contas.

Então, resumindo: a resposta do Secretário da Educação a respeito da compra dos 22 mil televisores é que nós devemos ir buscar as informações na indústria que fabricou os televisores, em quem vendeu ou foi o intermediário, no caso a empresa Cequipel. Então, vamos voltar com este requerimento.

A empresa vencedora do certame licitatório - Indústria de Móveis Cequipel Paraná Ltda. - irá agregar valor ao preço de produto adquirido da CCE. Quanto pagará por unidade, Deputado Jocelito Canto? A CCE já entregou a mercadoria à Cequipel? Houve destaque de ICMS na nota fiscal de saída da mercadoria do fabricante para a Cequipel? Qual o valor da mercadoria, com e sem o imposto nessa operação? Não é um direito que temos de saber? Afinal de contas, Sr. Presidente, o que estamos fazendo aqui? Exatamente isso, para ter um juízo de valor, senão não vale a pena! Qual é o papel do Legislativo? Não importa qual é o governo que esteja de plantão, temos que exercê-lo. Acima de tudo, temos que ser respeitados no nosso papel de fiscalizadores e de questionadores, porque somos também questionados pelo povo, mais do que o governo, porque andamos nas ruas. Vamos ao supermercado, à farmácia, à igreja, à quitanda, à oficina mecânica, ao consultório médico e somos questionados a todo instante.

Continuando ainda nesse pedido de informações, a nota fiscal de saída da mercadoria da Cequipel para o Governo do Estado, haverá destaque e conseqüente pagamento do ICMS? Houve algum desconto no preço da mercadoria, em função da redução da carga tributária ou da grande quantidade adquirida? Informar o preço final do produto com ICMS e com o seu desconto é pedir demais? É claro que não! Apenas queremos saber como é que foi essa transação e isso é normal! Não são 22 televisores, Deputado Caíto Quintana, senão fica parecendo que queremos fazer um pré-julgamento, aqui. Não são 222 televisores, não são 2 mil televisores, Deputado Alexandre Curi, são 22 mil televisores!

Então, estamos solicitando a resposta a esses questionamentos e faço um apelo, aqui, ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que nos ajude a aprovar esse requere-

rimento. Não queremos levantar suspeita, absolutamente clara, às coisas claras. Não há intenção politiqueira, V. Exa. me conhece e não faz parte do meu feitio, apenas queremos saber dos valores, da questão do ICMS. O Secretário Maurício Requião terá o maior interesse em responder tudo isso. Nem sei nem se ele chegou efetivamente nas mãos do Secretário, talvez, a uma assessoria, para agradar ao Secretário, que respondeu de uma forma bem evasiva.

Deputada Beti, que foi Prefeita de Colombo, a secretária está sugerindo para que perguntemos à Indústria CCE. A secretaria está nos orientando, Presidente, para perguntar à Cequipel. Não! Quem que comprou? Quem está comprando? É o Governo do Estado, o governo responde?

É um apelo que fazemos, aqui à bancada governista, a todos os Deputados da Oposição, da Situação, para que tenhamos bem claro o que aconteceu e o que está acontecendo, para informar o povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN. Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes do meu pronunciamento, preciso registrar que faltam 42 dias para o Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, entregar os 38 novos leitos de UTI à cidade de Ponta Grossa, como prometeu à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Paraná. Essa é a nossa campanha, uma campanha de contagem regressiva. E estou começando uma nova campanha nesta tarde, de contagem regressiva para o Secretário Aírton Pissetti vir à Assembleia Legislativa se explicar ao povo do estado do Paraná. Faltam 8 dias.

Srs. Deputados, hoje completa uma semana que eu trouxe a esta Casa de Leis a mensagem aos Srs. Parlamentares, à imprensa e ao povo do Paraná que dinheiro público estava indo para o ralo. Trouxe aqui na tribuna a minha opinião sobre o que vi e pesquisei. Nunca vi tanta falta de pudor, nunca vi tanta desorganização ou talvez pelo contrário, uma organização imoral. Nunca vi tantos erros cínicos incontestáveis, milhões de reais negociados em salinhas, como se aquele dinheiro fosse do rei. Mas, de tudo o que foi dito, mostrado e provado, o que de concreto aconteceu?

Vou dizer o que aconteceu: o povo ficou sabendo. O povo ficou sabendo das mentiras contadas em um site oficial, o povo ficou sabendo que o governo que se diz Esquerda na verdade privilegia os seus apadrinhados. O povo ficou sabendo que isso que aconteceu aqui no estado é uma prática considerada na política como, infe-

lizmente, comum. Enquanto em outros casos 1 centavo pode desclassificar uma empresa que concorre a uma licitação, na comunicação é totalmente diferente: 1 milhão ou 3 milhões ou 4 milhões são destinados por telefone ou então por uma piscadinha marota.

É meus amigos! O povo ficou sabendo e infelizmente continua pagando o pato. Mas até agora ninguém me falou se o Governador ficou sabendo. Eu não sei se o Governador ficou sabendo de tudo, se o Governador viu o relatório do Tribunal de Contas! Deputado Romanelli, o Governador sabe que está pagando? A imprensa já fez essa pergunta para o senhor ou para o Secretário Airton Pissetti?

Sabem por que me pergunto isso? Porque acho que o Governador não sabe. Acho que o Sr. Governador não sabe, pois ele mesmo declarou em uma ação judicial, como termo de defesa inclusive, que o site que estava fazendo campanha declarada e denegrindo a imagem de outros candidatos na campanha eleitoral do ano passado era um site, um tablóide inexpressivo - são palavras do Sr. Governador. Mas espera aí, se o Governador falou que o site é inexpressivo e mesmo assim recebeu mais de R\$ 3 milhões, então acredito que o Governador não sabe, não sabe nada. Outras perguntas que gostaria de ouvir respostas: alguém no estado do Paraná desmentiu o que eu denunciei? Alguém aí explicou por que no site do governo os números são outros? Foi correta a distribuição dos mais de 50 milhões, mesmo não tendo previsão no orçamento?

São perguntas que faço e tenho outras, mas fazê-las na data oportuna, no dia 23, às 9h00. Que eu saiba, no estado do Paraná ninguém me desmentiu, mas por incrível que possa parecer, tentaram até colocar em dúvida o trabalho do Tribunal de Contas, atacando de maneira vil um dos Conselheiros que deu parecer sobre as irregularidades, Deputado Alexandre Curi. A retaliação veio, era esperada, mas falar do corte de cabelo do Conselheiro e do seu estilo de vestir é no mínimo infantil, aliás, como infantil foi a brincadeira do ônibus.

Fiz a denúncia no Ministério Público e vou, Sr. Presidente, até a Corregedoria. Se necessário, o Sr. Secretário virá aqui, sim, o dia já está marcado, dia 23, às 09h00 e estarei lá para fazer as perguntas que todo mundo deseja fazer.

Agora, Srs. Deputados, eu li esta semana uma entrevista e alguém falou pela Secretaria, disseram em uma entrevista, em um dos jornais de maior circulação do estado do Paraná, que os gastos em publicidade foram perfeitamente normais como sempre fizeram. Está no jornal; como sempre fizeram. Eu traduzi, naquela reportagem, que o crime por enquanto está compensando. Só mudaram os personagens, as maracutaias que fizeram nos outros governos se repetem e com um agravante, senhoras e senhores, o Secretário Airton Pissetti justifica o seu erro apontando os erros do seu antecessor, revelando na verdade ser, assim, um admirador dessa conduta imoral, mas com um porém: aprendeu. O Secretário aprendeu e

aprimorou, sim, e ele aprimorou porque conseguiu dissimular as contas através de um site denominado Transparência, que de transparência não tem absolutamente nada. E os Parlamentares que têm compromisso com a fiscalização nesta Assembléia não vão deixar que o nosso povo seja enganado e vão cobrar as mudanças nesse site, com certeza.

Srs. Deputados, essa história de que no governo passado existiam esquemas também, isso para mim não cola, procurem outro Deputado. Na Assembléia existe o vício de lembrar o governo passado, podem notar. Podem notar que se fala muito do governo Jaime Lerner, e é um vício que tem que parar aqui na Assembléia. O Paraná é muito maior e mais importante do que 2 grupos políticos. Se existem vícios aqui na Assembléia, temos que combatê-los, mas, no Palácio também existem vícios: vício da armação, da ameaça de tentar desqualificar quem discorda da opinião do "Rei".

Eu não nasci para ser bobo da corte. Eu não me pronunciei durante uma semana, eu queria ver como é que a Assembléia iria reagir. Agradeço aqueles que me apoiaram, e agradeço também à imprensa que está me auxiliando. Mas, se alguém imagina que eu esmoreci, que eu cedi às pressões, que mesmo se eu ficar sozinho eu vou abandonar o que comecei, se alguém imagina que eu vou me prostrar, é porque muitos aqui não me conhecem, mas vão me conhecer. Vou até as últimas consequências. Estou nesta tribuna porque o povo quis que eu estivesse aqui. Agora, esse Secretário que está lá, só está lá porque o Sr. Governador assim o quer. Existe uma diferença muito grande!

E para concluir, Sr. Presidente, estou requerendo uma Audiência Pública com os meios de comunicação do Paraná, as agências de propaganda, a AERP, a ADJOR, a SINAPRO, enfim, todos os meios de comunicação serão convidados para essa Audiência Pública. Assunto: critérios técnicos para investimento em propaganda oficial. Vai acontecer no dia 12 de junho e já aproveito para convidar toda a imprensa para participar dessa reunião. Vamos debater este assunto, Sr. Presidente, aqui na Assembléia, para que através de leis nunca mais os meios de comunicação fiquem reféns da arrogância daqueles que se acham os donos das verbas publicitárias e nunca mais, nunca mais façam a farra vergonhosa que fizeram com o dinheiro do povo do Paraná.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado  
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Embora os nossos companheiros e companheiras da imprensa reclamem que eu possa, quando for falar no horário da Liderança do Governo, abordar temas variados, sinceramente se tornou impossível que eu não o faça ou não proceda desta forma. Quero pedir desculpas aos companheiros e companheiras da comunicação, mas em função dos pronunciamentos, como se remete à Liderança do Governo um conjunto de questões que na visão de quem está abordando é o assunto mais importante naquele momento, alguns eu ouço, reflito, outros respondendo de forma objetiva, mas quero dizer em primeiro lugar, sobre os requerimentos dirigidos à área da saúde, os requerimentos que foram encaminhados, o Deputado Augustinho Zucchi que reclamou ainda há pouco com uma resposta, foi encaminhado via Liderança do Governo na semana passada. Desculpe, mas faz 3 ou 4 dias que o requerimento foi encaminhado. Eu ouvi, Deputado Augustinho Zucchi, a sua preocupação e tal, só estou dizendo que é materialmente impossível responder o seu requerimento para que nós tenhamos, enfim, a resposta, em relação até pela complexidade das perguntas formuladas no seu requerimento. Não é requerimento fácil de ser respondido.

Ouvi o Deputado Luiz Carlos Martins demonstrar a insatisfação em relação a resposta recebida - a resposta é em relação às perguntas que ele fez. Eu li os 2 requerimentos - o de informação e o da resposta. Os requerimentos, efetivamente, se completam na medida em que a resposta está dada. Se ela é insatisfatória para o Deputado Luiz Carlos Martins, por óbvio temos que encaminhar um outro pedido de informação para esclarecer aquilo que o Deputado deseja saber. Acho que é necessário que procedamos com transparência e que estas respostas sejam obtidas.

Em relação ainda à questão que envolve os pronunciamentos dos Deputados de Ponta Grossa, é verdade que esta Casa tem ouvido. Ponta Grossa elegeu 4 Parlamentares, esses Parlamentares têm tido um desempenho nas tribunas extremamente vigoroso. Eu ouço os pronunciamentos, Deputado Dobrandino, dos Deputados e certamente na área da saúde, já disse aqui, fui à Ponta Grossa, acompanhado do Líder Pugliesi, do Vice-Líder Professor Luizão, pelo Deputado Péricles, além é claro do Secretário da Saúde, Diretor-Geral e demais Diretores daquela unidade do estado, mas efetivamente, temos os encaminhamentos. Na minha avaliação - tenho recebido os relatos do que está acontecendo - as coisas são positivas. A falta de investimento, durante muitos anos não aconteceu, está acontecendo agora. Aliás, hoje eu vi na reunião da CCJ um pedido para denominar o novo hospital regional que está sendo construído ao lado da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Aquela obra maravilhosa que está sendo construída, já está a discussão sobre a questão do nome. Mas eu acho que, independente disso, são questões que são importantes e é claro que esta Casa tem que debater esses temas, Sr. Presidente.

Por último, para fechar a questão que envolve a vinda do Secretário Airton Pissetti, a data tem que ser marcada, Sr. Presidente, na hora em que se reunir a Comissão de Comunicação, que os membros tomarem conhecimento do relatório que foi recebido ...

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Questão de Ordem)**

A data já foi marcada, já foi acordada ...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há questão de ordem, Deputado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Quero dizer, Sr. Presidente, que a data, na verdade, não foi acordada. O autor do ofício enviado ao Secretário da Comunicação esqueceu de combinar com o convidado a data. Então, a data não está marcada.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Questão de Ordem, Presidente.

O quê, vai fugir? Ele não pode fugir das suas responsabilidades!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Marcelo, vou explicar: não cabe uma questão de ordem. V. Exa. poderia, pela ordem, interromper o discurso do Deputado, ou pedir um aparte. Não cabe a questão de ordem, V. Exa. poderia pedir um aparte ao Deputado Líder do Governo e ele conceder ou não.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Se V. Exa. quiser um aparte eu concedo, estou aqui para ouvir. V. Exa. não precisa inclusive ficar nervoso, fale normalmente, naturalmente, que nós encaminhamos a questão como temos encaminhado.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

São 150 milhões, dinheiro público! Nesse caso, sim, estou muito nervoso!

O Secretário Airton Pissetti foi convidado a comparecer à Assembléia Legislativa no dia 23 às 9 horas da manhã. Após essa data, tenho certeza absoluta que a Comissão de Comunicação irá convocá-lo.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Bom, Sr. Presidente, eu entendo como um arroubo de valentia do Parlamentar, as expressões inclusive são muito próprias. Penso que na verdade temos que reconhecer que a data vai ser marcada em comum acordo com o Secretário e com a Liderança do Governo, como ficou definido aqui naquele dia onde houve um entendimento que foi formulado pelo Deputado Traiano, que respondia pela Liderança da Oposição.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Me permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agora não, Exa. V. Exa. já falou todo tempo que queria, já concedi o aparte, vamos tocar em frente aqui.

Sr. Presidente, quero dizer que temos que ter nesta Casa, embora a Constituição preveja - e acho que muito acertadamente - a imunidade parlamentar, é o instituto da democracia porque nenhum Parlamentar pode ser punido pelas suas palavras, opiniões e votos. Claro que, felizmente, acabou a imunidade para os crimes comuns, felizmente avançamos nisso, mas efetivamente cada Parlamentar tem que ter responsabilidade naquilo que está fazendo.

Por isso eu queria, para não deixar de responder ao meu amigo Reni Pereira, nosso querido Deputado, o encaminhamento sobre este tema. Já entrei em contato, estou checando. Esta Casa aqui, muito acertadamente, Sr. Presidente, votou uma Lei em 1996 ou 1997 que reduziu alíquotas de IPVA e com isto o nosso estado teve um grande incremento na arrecadação do IPVA. Essa medida foi uma medida extremamente inteligente e na minha avaliação tem que ser mantida.

Por isso que estranho muito essa ação policial. Claro que deve estar combatendo criminosos, não é isto? Embora vejo uma nota, aqui, do Sindicato dos Despachantes, que motiva uma preocupação nossa em relação a uma ação do Paraná que foi benéfica para o nosso estado. Por isso que estou encaminhando também, junto ao Secretário da Segurança, esclarecimentos para tratar deste tema.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, por mais 50 (cinquenta) dias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 118/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a construção de escola estadual no Jardim Arapongas no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 119/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a instalação da Delegacia da Mulher no Alto Maracanã, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 120/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a

construção de escola estadual no Jardim Campo Pequeno (Cedrinho) no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 121/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a reparação do trecho rodoviário com paralelepípedos, entre os loteamentos denominados Chácaras Aeroporto e Distrito Vale Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 122/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo que os testes de habilitação do DETRAN para deficientes físicos sejam realizados nos municípios paranaenses de maior população. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1271, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 09 de maio de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1283, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 de maio de 2007, devido a convocação para evento partidário da sigla da qual é dirigente local. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1305, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 16 de maio de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira e dos Srs. Deputados Rui Hara e Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1264, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 311/07. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1284, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 2ª Discussão (Votação em)

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/07, que extingue a entidade autárquica Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculada a Casa Civil (extingue e remaneja cargos em comissão à Casa Civil). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 131/07

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 131/07, oriundo da Mensagem nº 008/07 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação originalmente proposta para o artigo 8º, conforme redação a seguir:

“Art. 8º Fica revogada a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995”.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL e DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

Necessária a modificação da redação do artigo 8º para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que estabeleceu as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Dispõe a referida lei nacional que o dispositivo de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis, ou disposições legais revogadas. Não se admite, portanto, cláusulas genéricas de revogação legal.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 131/07, oriundo da Mensagem nº 008/07 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação do seu artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão vinculados à autarquia ora extinta”.

Sala das Sessões, em 07.05.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, ANTONIO BELI-

NATI, MARCELO RANGEL e DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

Se o governo entendeu que deveria enxugar a máquina administrativa extinguindo uma autarquia cuja finalidade era incompatível com a sua política de proibição do jogo de apostas no estado, não se justifica manter os cargos comissionados a ela vinculados transferindo-os à Casa Civil para utilização futura.

Ou, se já existe destinação e ocupantes para tais cargos, deveria o Poder Executivo justificar o fato e motivar seu ato, informando qual a função atribuída aos mesmos dentro da administração pública.

Sabe-se que a administração pública estadual é regida pelos princípios constitucionais da legalidade, economicidade e motivação entre outros elencados no artigo 27 da Constituição Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS MODIFICATIVAS DE PLÊNARIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 131/07

P A R E C E R :

Emendas Modificativas de Plenário ao Projeto de Lei nº 131/07, que altera o artigo 8º e 2º do Projeto de Lei nº 131/07.

**Relatório**

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 131/07 recebeu as seguintes emendas modificativas:

Nº 1, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, propondo nova redação ao artigo 8º do projeto, contendo as seguintes mudanças: “Art. 8º Fica revogada a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995”.

Nº 2, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, propondo nova redação ao artigo 2º do projeto, contendo as seguintes mudanças: “Art. 2º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão vinculados à autarquia ora extinta”. É o relatório.

**Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor quanto a aprovação da Emenda nº 01, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa.

O mesmo não ocorre com relação à Emenda nº 02, tendo em vista que somente cabe ao Sr. Governador a iniciativa para se extinguir cargos naquele Poder.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à Emenda nº 01 e contrário à de nº 02.

Sala das Comissões, em 16.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Professor Luizão, Caíto Quintana, Luiz Carlos Martins, Waldyr Pugliesi e Luis Claudio Romanelli.



Contrário:

Douglas Fabrício.

O projeto está com a sua discussão encerrada e está em votação.

Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Com emenda da CCJ e Emendas de Plenário, com parecer da CCJ. Vamos votar inicialmente a emenda da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

A emenda da CCJ é aquela do Deputado Caíto Quintana? É essa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente.

Em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando o item 1 da pauta.

É o da SERLOPAR.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Essa emenda é da CCJ. Como a CCJ deu o parecer agora, não está em nossas mãos. Não temos cópia dessa emenda. V. Exa. podia determinar ao 1º Secretário a leitura da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há um substitutivo geral da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

E o substitutivo não está em nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa, o Requerimento nº 1303, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Rui Hara, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 131/07. Retirado pelo autor.

Em votação a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 131/07.

*Fica revogada a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995.*

Emenda de Plenário.

Parecer favorável da CCJ.

Em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

V. Exa. não tem que votar primeiro o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar primeiro o requerimento para ver se podemos apreciar os destaques.

O requerimento requer destaque para votação das emendas, uma a uma, do Projeto nº 131/07.

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Estão votando o requerimento que nós apresentamos. Está nos avulsos que foram distribuídos para os Parlamentares, as emendas de plenário.

Pergunto a V. Exa.: existe uma emenda apresentada, hoje, aprovada na CCJ, em relação a esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Hoje, não.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, tem uma que foi aprovada e outra rejeitada.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Então, não tem emenda nova? Só tem as duas emendas?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Só tem as duas emendas.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, então há uma emenda que foi acolhida e outra não, na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na CCJ, sim.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Então as duas emendas já serão automaticamente votadas em separado. Nem se faz necessário esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Por que o requerimento? O que diz o Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora, se eu tenho um requerimento sobre à mesa, tenho que colocar em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Claro, Sr. Presidente, o senhor tem que pôr, mas como nós não temos as emendas ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Devidamente retirado pelo autor.**

V. Exa. contribuiu com o tempo nesta Sessão.

Está, portanto, em votação a Emenda nº 01, com parecer favorável da CCJ.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02, com parecer contrário da CCJ.

A emenda diz: *Ficam extintos os cargos de provimento de comissão vinculados a autarquia ora extinta.*

Esta emenda tem o parecer contrário da CCJ.

Para encaminhar o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, concordamos com a extinção da SERLOPAR, já que ela não tem mais finalidade para o fim que foi instituída. Foi criada há 20 anos.

O atual Governo do Estado acabou com todos os jogos controlados. Na verdade, concordamos com a extinção, mas a emenda que apresentamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é importante que se diga, Deputado Romanelli, se o Governo do Estado extingue a SERLOPAR, tem que extinguir também os cargos nela existentes.

Ora, nós aqui na Assembléia Legislativa, Srs. Deputados, já votamos uma lei, que os Deputados da Oposição foram contra, e os Deputados da base aprovaram uma lei, dando poderes para o Governo do Estado administrar e legislar sobre decreto, na criação, extinção e na fusão de cargos de comissão, do Governo do Estado.

Agora, o Governo do Estado manda uma mensagem, extingue a SERLOPAR e transfere os cargos da SERLOPAR para a Casa Civil.

Ora, Srs. Deputados, cá para nós, vamos analisar de sã consciência: se você tem cargos em comissão na SERLOPAR, você extingue essa autarquia, extingue a empresa, o que é que você vai fazer com os cargos? Ele diz na lei que extingue a SERLOPAR e transferiu os cargos para a Casa Civil. Mas o que é que ele vai fazer com esses cargos? Vamos concordar, sim, em extinguir a SERLOPAR, mas extinguir os cargos também. Essa é a emenda que os Deputados apresentam.

Artigo 2º, *Ficam extintos os cargos de provimento de comissão vinculados a autarquia ora extinta.* Porque não tem mais razão nenhuma de existirem esses cargos! Todos nós sabemos que 2 mais 2 são 4, como 2 e 2 são 22? Você tem a SERLOPAR, tem os cargos extingue a autarquia, extingue a empresa e não extingue os cargos? Onde é que vão parar esses cargos? Vamos extinguir os cargos também! Ou será que é para fazer os acertos que têm que ser feitos? Nos dá o direito de pensarmos dessa forma!

Espero que, independente de Deputado da Oposição, do Governo, bloco independente, se você extingue uma autarquia, a empresa, você tem que extinguir os cargos também.

Esperamos Srs. Deputados, apoio à nossa emenda. Vamos acabar com a SERLOPAR, mas acabar, acima de tudo, com os cargos que nela estão lotados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Estava prestando atenção ao pronunciamento do Deputado Elio Rusch e ele foi muito feliz na sua colocação. Acho que ele está coberto de razão.

Vamos votar ainda hoje o aumento dos servidores do estado. Pelo menos há uma previsão no aumento do salário dos servidores. Se prestarmos atenção nesse projeto que vamos votar hoje, ele diz que só se tornará realidade o aumento dos servidores do estado, desde que tenha dinheiro em caixa, desde que o Governo consiga manter a arrecadação. O aumento vai ser dado de acordo com a arrecadação do Estado. Se o Estado condiciona o aumento dos servidores da saúde, o aumento do quadro geral da Polícia, de todo o quadro geral do estado, condiciona a arrecadação às condições financeiras do estado, é importante que o estado faça a sua parte também, porque neste momento está extinguindo uma Instituição, está encerrando a SERLOPAR, não tem mais, não precisa ter mais cargo. Acabaram-se os cargos, terminou a Instituição, caso contrário, ela vai virar um cabidão de emprego, vai ser cabide de emprego de alguém. E como estamos precisando de dinheiro para pagar o aumento dos Srs. servidores, nada mais justo do que se diminuir esses cargos para se ter dinheiro para pagar os servidores, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Governante pode dar os aumentos previstos em lei, mas que se ele passar do limite prudencial, terá que primeiro demitir os cargos em comissão.

Então, aqui está uma grande oportunidade de o Governo começar a querer dar esse aumento de fato. Claro! Se ele extingue uma Instituição, encerra as atividades do jogo! O Governador não gosta de jogo, ele não quer saber de jogo. Muito bem! Se for para acabar com o jogo, vamos acabar com o jogo de empurrar os cargos para lá também. Eu só posso ver um jogo nisso. É um jogo que permite pegar os cargos da extinta SERLOPAR e jogar para lá. Espera aí, nós somos contra o jogo, senhores, não queremos jogos no Paraná: nem do bicho, nem da máfia, nem jogo nenhum! Está proibido o jogo no

Paraná, o Requião não gosta disso! Tem suas razões! Então não tem mais jogo. Esse negócio de jogar cargos da SERLOPAR para a Casa Civil, não tenha dúvidas que é um jogo. E nós estamos extinguindo, aqui, uma instituição que acaba com o jogo.

Então, chega de jogo no Paraná. E aqui está a oportunidade de S. Exa. o Governador começar a guardar dinheiro. Para a caixa do estado está bem, para o Estado, na seqüência, poder dar aumento rápido, senão vai demorar muito, porque é condicional esse aumento dos servidores. Tendo dinheiro, vai pagando os servidores.

Então, aqui está uma grande oportunidade. Quantos cargos são? Seis cargos. Já dá uma ajudinha, já dá um aumentinho. É pouco, mas é de grão em grão que a galinha enche o papo. Um velho ditado já diz isto. Aqui está uma demonstração, se o Governo quer acabar com o jogo no Paraná, e esta acabando, ele tem que acabar com o jogo dele também. O jogo pessoal dele, de empurrar cargo de um lado para outro. Acabou o jogo!

Por isso, Sr. Presidente, encaminhado favorável à emenda, porque vamos acabar com os jogos. Mas vamos acabar com os jogos de verdade! Chega de jogo, loteria, chega de loteria estadual, chega de jogo, mas também chega de jogo de empurrar cargo, para acomodar parente!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Para orientar nossa bancada que queremos manter esta emenda rejeitada, emenda que extingue os cargos. Na medida em que o patrimônio da SERLOPAR é incluído ao patrimônio do estado, os haveres, os recursos financeiros, os prédios, e também os cargos são recolhidos à Casa Civil, que poderá dar uma destinação que seja muito melhor do que esta destinação que foi para promover a jogatina.

Por isso, quero pedir aos companheiros que possamos manter esta emenda rejeitada.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a Bancada da Oposição vai votar favorável à emenda e vamos votar pela extinção da SERLOPAR.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Por enquanto vamos votar a emenda, depois, o projeto.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)**

Até para informar este Plenário e a todos nós, há uma pergunta: quantos cargos são? São 6 cargos em comissão. Isso dá um valor aproximado de R\$ 20 mil. Vinte mil reais no final do ano, dá 240. No final de 4 anos, dá R\$ 1 milhão. Dá para pegar este 1 milhão e ajudar a pagar o pessoal.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Eu encaminhado favoravelmente à emenda. O bloco vai votar com a emenda justamente para que o estado tenha dinheiro em caixa para pagar os aumentos prometidos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados levantaram.

Os Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e seis Deputados rejeitam a emenda.

**Está rejeitada a emenda.**

Solicito às galerias que por gentileza não se manifestem, porque atrapalha. Não é o projeto de interesse de vocês, ainda.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só gostaria de registrar os Deputados que votaram a favor da emenda para extinguir os cargos da SERLOPAR: Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Durval Amaral, Ney Leprevost, Rui Hara, Cida Borghetti, Jocelito Canto, Reni Pereira, Chico Noroeste, Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e o Deputado Tadeu Veneri. Esses Deputados votaram favoráveis à emenda para extinguir os cargos da SERLOPAR.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente.

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que suprime o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao artigo 13 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998 (ParanaPrevidência), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº136 /07**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

As emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 136/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo alterar a redação dos dispositivos da lei,

acrescentar novos artigos, bem como suprimir alguns dispositivos.

#### Fundamentação

Primeiramente vale-se destacar que a lei estadual por ora alterada nasceu como um desejo da administração pública direta em encontrar profissionais de bom nível técnico, sem definição político-partidária para ocupar cargos de cúpula com perfil estritamente técnico que oxigenassem a estrutura pública numa tendência de profissionalização do perfil dos que executam esta função.

Embora em um primeiro momento até tenha enfrentado críticas neste sentido, resta claro que a lei tem exatamente este objetivo, haja vista o substitutivo geral apresentado, ou seja, visa manter a paridade de nomeação dos servidores de carreira para o Conselho Diretor, garantindo assim o princípio constitucional da isonomia.

Neste prisma, é importante ressaltar o que a Constituição do Estado do Paraná estabelece:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

Portanto, a Constituição do Estado do Paraná é clara ao remeter o direito de legislar acerca da transformação e da forma de provimento de cargos da administração direta, autárquica e fundacional à Assembléia Legislativa, não podendo haver interpretação contrária que sustente tal teoria. No caso exposto, nenhum cargo foi criado e sim transformado a nomeação.

Vale ressaltar ainda que a ParanaPrevidência trata-se de personalidade jurídica de direito privado com autonomia financeira, portanto, não se trata de instituição de Poder Executivo e sim da administração autárquica e fundacional não submetida a capacidade legislativa do Poder Executivo, cabendo à Assembléia Legislativa a iniciativa legislativa da matéria em foco.

As referidas emendas expressas no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, asseguram a paridade, bem como uma simetria na composição dos conselhos de deliberação e fiscalização do órgão previdenciário estadual, bem como propõe a criação de um mecanismo que há muitos anos vem sendo postulado pelos servidores públicos e suas entidades representativas, necessários a assegurar uma maior participação na gestão do órgão previdenciário e, mais do que isso, uma maior fiscalização da sua gestão.

#### Conclusão

Diante da fundamentação ora apresentada, com respaldo constitucional não há o que se questionar diante

da constitucionalidade e legalidade, nosso parecer é favorável às emendas de plenário apresentadas.

Sala das Sessões, em 09.05.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Edgar Bueno, Mauro Moraes, Marcelo Rangel e Artagão Júnior.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1300, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Marcelo Rangel e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das emendas de plenário. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Requerimento de quem, Exa.?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bancada da Oposição, diversos Srs. Deputados requerem destaque para votação das emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero encaminhar contrário a esse requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quantas emendas existem em relação a esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

São 3 emendas de plenário e o substitutivo da CCJ. Respondido?

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Respondido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento que requer destaque às emendas. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, só para encaminhar favorável ao requerimento. Acho que apenas uma emenda foi rejeitada na CCJ, as demais foram acolhidas, segundo informações.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na verdade, Sr. Presidente, quero me somar ao Líder da Oposição porque é o seguinte: precisamos ter esclarecido o que estamos votando aqui. Eu queria esclarecimento da Mesa sobre o que estamos votando. Eu pedi para que votássemos o requerimento. O requerimento foi votado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos votando o requerimento de destaque das emendas. O Deputado Elio Rusch, pedindo explicações no requerimento, ele pede, pela ordem, quantas emendas foram apresentadas e apreciadas na CCJ. Foram 3 emendas e um substitutivo e todas têm o parecer favorável.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., me desculpe, mas há uma controvérsia aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos aqui para esclarecer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tenho uma pequena experiência parlamentar, mas eu entendo que deveríamos votar o projeto e, depois as emendas, Exa.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Questão de ordem, Exa.

**(Assentimento)**

Artigo 104, Presidente. V. Exa., na votação anterior, colocou primeiro as emendas e, depois, o projeto. O regimento da nossa Casa, pelo menos é a tradição republicana, primeiro se vota o projeto e depois as emendas. A questão de ordem que formulei é se V. Exa. vai obedecer ao mesmo critério da votação anterior ou vamos fazer o projeto republicano nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Podemos votar o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., quero dizer o seguinte: o Deputado Elio Rusch me explicou o objetivo de votar, embora eu ache que tem que votar, primeiro, o projeto, mas as emendas podem ser votadas em destaque, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Deputado Nelson Justus, apenas lembrando, aqui - sei que V. Exa. está no meio da confusão que fazem os nossos companheiros - mas neste caso específico há um substitutivo geral. Tem que votar, primeiro, o substitutivo, porque se votar o projeto, anula o substitutivo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não há substitutivo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Há substitutivo geral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não há.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há um substitutivo geral da CCJ.

Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas. Há um requerimento pedindo destaque, porque há um substitutivo geral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sem querer confundir, o destaque é para as emendas. Ele não altera a ordem de votação, se é projeto ou substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar, primeiro, o substitutivo, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, o senhor é soberano aqui na Casa. Vote da forma que o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar, primeiro, o projeto, ressalvadas as emendas e, aí sim, o substitutivo geral.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Questão de ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Faço uma consulta à Mesa, se no processo de votação, votando, primeiro o projeto, depois, as emendas, faz parte de uma única votação ou o Deputado pode votar o projeto e na hora da votação sair do plenário? A votação é única: projeto e emendas? O Deputado que votar o projeto tem que permanecer?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É claro.

Está em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Está em votação o substitutivo geral da CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

O substitutivo é aquele apresentado pelo Deputado Caíto Quintana, na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É este. Está entendido?

Está em votação o substitutivo geral apresentado na CCJ, pelo Deputado Caíto Quintana.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Votação às emendas de plenário - há um substitutivo geral. Há sobre a mesa requerimento firmado pelos

Srs. Deputados da Bancada de Oposição, que requer destaque.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., a Liderança do Governo concorda com o destaque das emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Vamos colocar em votação a Emenda nº 01 de Plenário - os artigos 9º, 10, 11 e 20 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação. Esta é a Emenda nº 01 de Plenário, de autoria de diversos Srs. Deputados, como Douglas, Cida Borghetti e Plauto.

Está em votação. Deputados que aprovam a Emenda nº 01, permaneçam com estão. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Já foi votado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, só queria dizer a V. Exa. que o senhor já votou.

Não há encaminhamento neste momento, porque já houve a votação e não tem o que encaminhar mais. Acabou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Para fazer o seguinte: se V. Exa. quiser fazer já a verificação de votação, a nossa orientação é pela rejeição da Emenda nº 01, porque ela desfigura completamente o projeto.

Então, quero recomendar aos companheiros para rejeitarem na verificação de votação e assim resolvemos o problema, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concordo, Deputado Romanelli, mas não posso me furtar e não posso impedir que o Deputado queira encaminhar a emenda. Agora, que não vai resolver nada, não vai. Nós sabemos! Agora, se ele quer encaminhar, o que posso fazer?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, Sr. Presidente, já entrou em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. Deputados que aprovam a Emenda nº 01, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados aprovam a emenda.

Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e sete Srs. Deputados rejeitam a Emenda nº 01.

**Está rejeitada a emenda.**

Está em votação a Emenda nº02.

Agora, sim, a emenda do Deputado Professor Luizão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

**(Assentimento)**

Só a nível de economia, para evitarmos aqui algum tumulto, tínhamos uma reunião marcada da Comissão de Fiscalização agora para as 17h00. Então, estamos avisando os Deputados membros da Comissão que estamos cancelando e faremos uma nova convocação na data oportuna.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, esse projeto na verdade já deu muita discussão. Fiz um estudo do projeto e apresentei algumas emendas para melhorar o projeto e vou relatar as 3 emendas da Comissão de Constituição e Justiça e essa emenda que acabamos de rejeitar, mas essa não está em discussão.

Então, uma das emendas é para manter o parágrafo 3º do artigo 9º, que diz o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdão! estamos votando a Emenda nº 02, que fala: *Fica suprimido o artigo 1º do substitutivo geral ao projeto de lei, alterando-se a redação da súmula e reenumerando os demais artigos do projeto. Suprime-se o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao artigo 13 da Lei nº 12398/98, conforme especifica.*

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Certo, Sr. Presidente, essa emenda minha, suprime o artigo 1º do projeto de lei, porque o artigo 1º estava suprimindo o parágrafo 3º do artigo 9º.

**(Lê parágrafo 3º do artigo 9º).**

Significa o seguinte: se a condição para ser Conselheiro ou Diretor é você ser inscrito na ParanáPrevidência, se você deixar de pertencer a ParanáPrevidência é evidente que você tem que deixar o cargo de Diretor ou de Conselheiro. Então, essa é a minha emenda, que é a de manter esse parágrafo 3º, manter que se a condição para você ser Diretor ou Conselheiro é ser inscrito na ParanáPrevidência, se você deixar de ser inscrito na ParanáPrevidência, você perde o cargo de Diretor ou Conselheiro, porque senão vai trazer uma disparidade.

E a segunda emenda que eu apresentei também, está junto, é para manter o parágrafo único do artigo 13.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então, V. Exa. já encaminhe a próxima emenda.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Vou encaminhar favoravelmente as 3 emendas, porque o projeto de lei não deixa claro, ele fala que modifica o artigo 13, mas não fala nada sobre o parágrafo único do artigo 13.

**(Lê a emenda)**

A minha emenda é para manter esse parágrafo único do artigo 13. E a outra emenda que apresentei, juntamente com o Deputado Caíto Quintana, é a respeito do Diretor-Jurídico da ParanáPrevidência, que ele tinha o poder de dar o parecer conclusivo sobre os processos e nós tiramos a palavra conclusivo para que o Diretor-Jurídico não tenha esse poder todo. Digamos que eu dê entrada com o pedido de aposentadoria, o Diretor-Jurídico dá um parecer contrário conclusivo. Onde eu vou recorrer? Só na Justiça. Então, desse jeito o parecer pode ter recurso ao Conselho de Administração.

Era isso e eu encaminho favoravelmente as 3 emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Vamos votar, então, já em bloco a Emenda nº 02 e a Emenda nº 03.

Os Deputados favoráveis às Emendas nº 02 e nº 03, permaneçam como estão.

**Aprovadas.**

### ITEM 03

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/07, que institui o sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS CCJ, CF e CO. COM EMENDAS DE PLÊNÁRIO COM PARECER DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 218/07

**P A R E C E R :**

### Preâmbulo

Das 4 emendas de plenário propostas, uma tem por objetivo adicionar ao projeto de lei em análise 3 (três) novos capítulos, quais sejam o Capítulo V, VI, VII, que tratam respectivamente das atribuições do controle interno, designações, garantias e vedações. As outras 3 emendas são alterações corretivas.

### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da referida emenda substitutiva geral, esta não se encontra de acordo com os ditames legais e constitucionais.

A Emenda de Plenário nº 01 visa suprimir a parte final do artigo 14 do projeto de lei, qual seja “revogadas as disposições em contrário”.

Tal supressão torna-se necessária e porém não encontra respaldo legal, porquanto a Lei Complementar nº 095/98.

A Emenda de Plenário nº 02, visa modificar o artigo 13 do projeto de lei, estabelecendo que “a função de chefia do Sistema de Controle Interno deverá ser, preferencialmente, exercida por servidor estável e com notório conhecimento em administração pública”.

Referida emenda é ilegítima, pois não atende aos princípios constitucionais da economicidade e motivação, que devem ser observados pela administração pública no exercício de suas funções.

A Emenda de Plenário nº 03 visa adicionar o artigo 14 ao projeto de lei, determinando a auditoria semestral do Tribunal de Contas do Estado.

Ressalta-se que as emendas propostas são incompatíveis com o interesse público e aos princípios da administração pública como o da economicidade.

Expostos esses motivos, opina-se pela não aprovação das emendas de plenário ao projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner e Carlos Simões.

Há emendas com parecer contrário.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente os que dão sustentação a base do governo, eu quando li esse projeto conversei com alguns Deputados aqui e disse que votaria favoravelmente, porque nós, os Deputados, temos uma responsabilidade com o estado, responsabilidade com a fiscalização do governo, com a transparência do governo. Quanto mais institutos de controle, órgãos de

controle do governo, melhor para a sociedade, melhor para o governante, melhor para o Requião, mas eu fui convencido pelo competente Deputado Elio Rusch e pela competente jurídica, Dra. Lídia, que estamos cometendo uma incoerência em aprovar este projeto. Eu vou dizer porquê.

Srs. Deputados, tem um decreto do Governador Roberto Requião que diz o seguinte: cria a Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria do Estado. Portanto, já existe este órgão de controle de todas as ações do governo. Bom, se existe, a minha pergunta e o meu questionamento: o que estão fazendo?

Criar alguma auditoria, eles não têm poder para fiscalizar o governo e se não têm poder nós vamos criar um outro órgão com a mesma finalidade para fiscalizar o governo?

Então, Srs. Deputados, temos que refletir sobre este assunto, porque se aprovarmos a Coordenação de Controle Interno do Governo, imediatamente o governo tem que mandar um projeto para extinguir a Corregedoria e a Ouvidoria do Governo do Estado, já aprovado por decreto do próprio Governador Requião.

Então, eu queria fazer um apelo aos Deputados, fazer um apelo à busca da consciência, da coerência, para que se volte algo que seja útil para o governo e não para servir de mais um cabide de empregos, sem resolver absolutamente nada.

Então, eu queria deixar aqui esta reflexão para que se votarmos favoravelmente ou aprovarmos a criação desse novo órgão de fiscalização que se dê um jeito de extinguir o outro ou que se dê poder suficiente para este que já está criado, fiscalizar o governo.

Era isto, Sr. Presidente Nelson Justus.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, artigo 51, eu tenho observado, Sr. Presidente, que V. Exa. tem colocado em votação emendas que foram rejeitadas pela CCJ.

Artigo 51, parágrafo 17, terá caráter conclusivo, terminativo, a votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça.

Quer dizer, se a Comissão de Constituição e Justiça tem parecer conclusivo, Sr. Presidente, as emendas que foram rejeitadas ou os projetos que foram rejeitados na CCJ não deveriam ser colocados em apreciação no Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a responder a questão de ordem de V. Exa., Deputado Nereu Moura: em tese, V. Exa. está coberto de razão. Temos discutido durante todos estes anos que os projetos com pareceres contrários na CCJ não deveriam vir a Plenário. O nosso regimento contempla que o projeto, mesmo com parecer contrário na CCJ, venha a Plenário, cabendo, inclusive, recurso do Deputado para a questão do projeto.

Eu posso assegurar a V. Exa. e tenho certeza, porque discuti isto ainda ontem com o ex-Deputado José Maria, que está confeccionando, juntamente com outros Deputados, e o Deputado Caíto me lembrava aqui, o próximo Regimento Interno elimina esta questão e V. Exa. não terá mais que pedir a questão de ordem, mas hoje contempla isto.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, eu teimo com V. Exa., respaldado no Regimento Interno da Casa que o projeto é conclusivo, a não ser que o Deputado formule um recurso à Mesa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os projetos que irão a Plenário.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB)

É o que diz o regimento, Sr. Presidente, no artigo 51, parágrafo 17: dá caráter conclusivo a votação do projeto rejeitado pela maioria. Parágrafo 18: o projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido a Plenário mediante recurso do autor, portanto se o autor não fizer recurso, o projeto ou a emenda não deverá ser apreciado pelo Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Nereu Moura, até caberia o recurso, haveria o prazo de 15 dias...

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que esse entendimento do Deputado Nereu Moura é equivocado, até porque ele presenciou a reunião da CCJ e o Presidente da CCJ, inclusive tendo em vista o Plenário geral, não concedeu nem pedidos de vistas que poderia ser regimentalmente pedido, haja vista que não havia este precedente. Então, acho que podemos até ter esse entendimento que V. Exa. está levantando, mas não em relação a esse projeto. Nesse projeto todos os participantes da CCJ foram de boa fé, abriram mão de, regimentalmente, pedir vistas para que pudéssemos debater aqui em Plenário.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Não estou falando em relação a este projeto, estou falando como norma, o que vale para mim é o Regimento Interno da Casa, é o que deve nos nortear aqui nesta Casa.

Estou falando como norma geral dos projetos que tramitam aqui nesta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer a questão de ordem do Deputado Nereu Moura.

O Deputado Nereu Moura invoca o artigo 17, que tem caráter conclusivo o projeto rejeitado por maioria absoluta dos votos da Comissão de Constituição e Justiça. 18: o projeto votado da forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário, mediante recurso do autor, na



forma deste regimento. Portanto eu passo a decidir, Deputado Nereu Moura, a questão de ordem de V. Exa. Nós, independente de como foi votado na CCJ, parecer favorável ou contrário, cabe a discussão aqui no Plenário, sempre coube a discussão no Plenário, independente do parecer da CCJ.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu concordo com V. Exa. porque temos que votar. Agora, eu gostaria de encaminhar favoravelmente a isso que o Deputado Nereu Moura diz, até por causa do regimento novo que está sendo feito e gostaria que a assistência da Mesa cuidasse disso. Eu não vejo razão para um projeto ir para a CCJ se ele, lá na CCJ, for declarado inconstitucional e aí vamos propor ao Plenário a votação de uma inconstitucionalidade? Só se o autor se julgar prejudicado na CCJ, ele requer à Mesa votação em contrário no Plenário, senão não!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Há, Deputado Caíto Quintana, uma certa incoerência, sem dúvida nenhuma, mas há o artigo 170 que diz: *as emendas serão votadas em grupo conforme tenham parecer favorável ou contrário*. Por esta razão há uma incoerência, mas temos que votar, temos que mudar! Não é possível continuar assim! Informo ao Deputado José Maria Ferreira e V. Exa. é um dos membros da Comissão que vai alterar o Regimento Interno, mas hoje não tem como, temos que votar!

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Sr. Presidente respeito a interpretação que V. Exa, está dando ao nosso Regimento, mas V. Exa. sabe que durante toda a minha vida aqui nesta Casa eu procurei sempre ser um cumpridor do Regimento da Casa e vou continuar. Não é em relação ao que estamos apreciando neste momento, é em relação às matérias de modo geral, e vou continuar batendo na tecla de que o regimento precisa ser respeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Nereu Moura, respondo à questão de ordem de V. Exa. No mandato passado e neste, até então, temos votado dessa maneira. Invoco, aqui, o testemunho do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que está ao seu lado, independente do parecer contrário ou favorável, temos votado, aqui no plenário.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para encaminhar este projeto dentro da necessidade de fazer a leitura de alguns trechos da lei já existente e do projeto ora encaminhado por parte do Executivo Estadual. O item em apreciação visa criar o controle interno do Poder Executivo Estadual, ou seja, uma Secretaria Especial do Governo do Estado. E o que é - atentem para o detalhe, Srs. Depu-

tados - de sua importância: o Governo visa criar uma Secretaria Especial com poderes para fiscalizar as outras Secretarias. Deputado Edgar Bueno, V. Exa., com muita propriedade, já tem encaminhado esse projeto, mas vamos fazer a leitura do inciso IV para não cansar os Deputados. Diz o seguinte sobre a competência dessa Secretaria Especial: *Avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela administração pública, através de processo de acompanhamento realizado no sistema de planejamento e orçamento, contabilidade e finanças, compra e licitações, obras e serviços, administração de recursos humanos e demais pertinentes a administração*. E assim segue, Srs. Deputados, o objetivo dessa Secretaria.

Agora vamos ver outra coisa, Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Governador Requião, no dia 3 de fevereiro de 2003, logo no início, após a sua eleição em 2002, baixou um decreto e o decreto regulamenta a lei que criou o organograma da administração pública no estado do Paraná. E dentro da organização do Governo do Estado existe a Secretaria, ou seja, a Ouvidoria Geral e a Corregedoria.

Srs. Deputados, vejam, esse projeto que o Governador visa instituir, já está regulamentado por um decreto através da Ouvidoria e da Corregedoria Geral. Qual é a competência da Ouvidoria e da Corregedoria Geral? Não é possível que venhamos a criar mais uma Secretaria afim com os mesmos poderes.

Deputado Douglas Fabrício, olha o que diz o decreto que regulamenta a Corregedoria do Estado do Paraná. O artigo 2º diz o seguinte: *Fiscalizar atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todas as suas fases no âmbito da administração pública do Poder Executivo do Estado*. É a mesma coisa que o Governo está querendo fazer com a Secretaria Especial. O que mais está dizendo? *Planejar, organizar, orientar e executar auditorias e análises de custos no âmbito dos órgãos de entidades integrantes da administração pública do Poder Executivo do Estado*. As competências dessa Secretaria Especial de Controle Interno já existem no Governo do Estado, na Corregedoria Geral.

Deputado Nelson Justus, a Assembléia Legislativa não pode aprovar essa lei. Não podemos ter duas leis com o mesmo objetivo, não podemos ter a Ouvidoria e a Corregedoria Geral com os mesmos objetivos que têm agora a Secretaria Especial de Controle Interno.

Srs. Deputados, não sou eu que falo isso, é o Governador Roberto Requião que deu, através da legislação, os poderes para a Corregedoria. Como é que nós, em sã consciência, vamos querer aprovar uma lei dessas? Aí vai o Corregedor do Governo do Estado fazer uma investigação e ao mesmo tempo também vai o Secretário Especial que se cria agora, com as mesmas atribuições? Nós concordamos, sim, Deputado Romanelli e Srs. Deputados, com a criação dessa Secretaria Especial, mas

primeiro, vamos tirar os poderes que tem a Corregedoria. Não podem ser conflitantes as duas Secretarias. Seria a mesma coisa que a Secretaria dos Transportes, qual é a finalidade da Secretaria dos Transportes? Conservar a malha viária, construir estradas. Seria a mesma coisa se a Secretaria de Obras também tivesse a mesma competência. Não é possível!

Deputado Romanelli, Líder do Governo e Deputado Wladyr Pugliesi, do PMDB, do mesmo partido do Governador, vamos retirar esse projeto por 10 Sessões para fazer as correções necessárias. Não podemos votar uma lei com as mesmas competências! Isso é incoerência, primeiro, por parte do Executivo. Segundo, por nós, Deputados. Aí é que eu peço ao Líder do Governo, Deputado Romanelli. Nós concordamos com a criação dessa Secretaria, mas temos que tirar da pauta.

O Deputado Zucchi falou há pouco comigo, vamos apresentar requerimento para retirar da pauta. Conflitam exatamente as duas Secretarias. Não é possível que venhamos aprovar isso. É o Governador do Estado do Paraná e não foi o governo passado que criou isso. Não foi o Governador Jaime Lerner, nem Richa, nem Álvaro Dias que regulamentou isso. Quem regulamentou isso foi o Governador Roberto Requião, em 2003. As mesmas atribuições!

Por essa razão, peço aos Srs. Deputados: se não houver entendimento para retirar esse projeto da Ordem do Dia de hoje, somos obrigados a rejeitá-lo, porque não podemos votar um projeto dessa natureza.

Aí vem o mérito.

Acabamos de votar o projeto que extinguiu a SERLOPAR, mas transferiu os cargos da SERLOPAR para a Casa Civil. Agora os funcionários estão aqui. Acabamos de votar a extinção da SERLOPAR. Seis cargos tinha na SERLOPAR. Transferem-se os 6 cargos para a Casa Civil para nomear quem? Agora, cria-se uma Secretaria Especial de Controle Interno, mas cria-se mais 1 cargo de 12 mil. Doze mil reais, um novo cargo que se cria nesse projeto. Mas por quê isso? Além de ser conflitante com a Corregedoria Geral, ainda no mérito, eu discuto esse projeto quanto à criação de mais 1 cargo.

Não quero ser aplaudido, não, longe disso. Nunca fiz isso. Agora desconte, Deputado Wladyr Pugliesi, 2 dias de trabalho dos funcionários da saúde, propõem-se um aumento para o quadro geral, mas não fala quando será implantado o aumento. Mas, distingue-se a SERLOPAR, transfere-se os cargos e cria-se uma secretaria com mais um cargo.

Só aí, somando isso por ano, dá mais de R\$ 1 milhão. E quer se descontar, não sei qual é o valor, mas deve ser irrisório, 2 dias de cada funcionário, trabalhado. Com toda certeza, isso aqui representa, muito, muito, muito mais.

Mas, sou muito mais do lado técnico. Não podemos aprovar a criação dessa Secretaria Especial, que conflita com a Corregedoria do Estado.

Espero que o Deputado Romanelli - vamos conversar agora - que possamos retirar esse projeto por 10 Sessões, para que se tire exatamente esses conflitos que existem entre a Corregedoria do Estado, que existe hoje, e com a Secretaria Especial.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, ouvi as palavras do Deputado Edgar Bueno, e do Deputado Elio Rusch, e quero dizer que, primeiro, não cabe retirar o projeto, vou explicar o porquê.

V. Exas. integrantes ou não da base do governo, pareceu-me o encaminhamento feito pelo Deputado Edgar Bueno, uma certa dificuldade de entender as duas estruturas. Pareceu-me que o Deputado Elio Rusch também aprofundou isso e fundamentou.

Quero dizer as V. Exas. que são coisa distintas. Uma coisa é a Corregedoria e a outra a Ouvidoria do Estado. Vou explicar quais são as atribuições e funções da Corregedoria e da Ouvidoria.

A Corregedoria age no sentido de, identificando alguma irregularidade, seja ela um procedimento que tenha sido feito por má fé, ou mesmo por um erro, a Corregedoria investiga aquele caso concreto no âmbito do Poder Executivo. Toma, se necessário, as medidas administrativas que são saneadoras, ou encaminha ao Ministério Público, e faz uma queixa crime na polícia. Toma as providências que são cabíveis, em relação a um conjunto de ações.

Ao mesmo tempo a função da Ouvidoria. O Instituto da Ouvidoria é um instituto, hoje, que até empresas privadas já possuem a Ouvidoria. A Ouvidoria é para ouvir as reclamações, as informações que muitas vezes chegam. O âmbito da Ouvidoria e da Corregedoria, que são duas coisas distintas, é um. É uma esfera que atua pontualmente a partir do quê? Da demanda da vida de um funcionário público ou da cidadania, de um dos dois. Tem que ter pólos ativos para que possamos agir com relação a isso.

Já o Sistema de Controle Interno, Deputado Elio Rusch e Deputado Edgar Bueno, primeiro, não é Secretaria Especial, é uma Coordenadoria, que funciona vinculado ao Conselho de Revisão e, que ao mesmo tempo, não cria absolutamente nada, porque é um sistema. Estamos, Exas., regulamentando o artigo 74 da Constituição do Estado do Paraná, que tem que, necessariamente, ter o Sistema de Controle Interno.

V. Exas. sabem, a administração pública é fiscalizada por 2 controles. O controle externo, que é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que cada uma das unidades administrativas acompanha a execução do gasto, do pagamento, do orçamento, da liquidação dos recursos, enfim, que acontece no estado. Esse é o controle externo.

Cada poder tem que ter controle interno, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E o controle interno é de outra natureza, ele funciona em rede, funciona em cada

uma das unidades administrativas. Em cada uma delas haverá um servidor público que estará integrado ao sistema de controle interno para acompanhar a fiel execução contábil, orçamentária e financeira, para poder ver se no andamento das ações programáticas do Governo, se o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes orçamentárias, a Lei Orçamentária, se está sendo seguida objetivamente por aquela unidade administrativa. E para coordenar esse sistema que funciona em rede na horizontal, você tem uma Coordenadoria. Uma coisa é Corregedoria e Ouvidoria, a outra é controle interno previsto constitucionalmente e que já aproveita para usar uma palavra do bom português, a estrutura já existente, só dando atribuições específicas a partir, é claro, da implantação por lei dessa Coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

Quero dizer aos bons Deputados que talvez tenham lido e tenham entendido, às vezes temos que reconhecer que são coisas distintas: uma coisa é Corregedoria e Ouvidoria e outra coisa é controle interno da administração pública.

Por isso encaminhamos favoravelmente à aprovação da criação do controle interno. Encaminhamos porque tem emendas aqui que têm que ser votadas e já foram rejeitadas pela própria Comissão de Justiça, mas penso que é necessário que essa Assembléia Legislativa tem que efetivamente criar um instrumento moderno de gestão da coisa pública e esse instrumento, saibam os Srs. Parlamentares, independente se são da Situação ou Oposição, é efetivamente o sistema de controle interno.

Era isso, Sr. Presidente por isso que encaminhamos favoravelmente.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) **(Pela Ordem)**

Acho que temos que ter coerência e transformarmos em realidade essas questões. O Deputado Romanelli está de parabéns por transformar uma irre realidade numa realidade que apenas é um sonho.

Gostaria de citar aqui esse projeto que diz o seguinte: “impedir a ocorrência de fraudes e desperdícios.” Também fala do mecanismo de controle para informações, fiscalização e organização orçamentária. Diz tudo isso.

O que diz o decreto do próprio Governador Requião no seu parágrafo 3º do seu artigo 2: *Receber, apurar a procedência das reclamações ou denúncias que lhes forem dirigidas, determinando quando cabíveis a instrução de sindicâncias e inquérito administrativo aos órgãos competentes.*

Vejam, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que diz absolutamente a mesma coisa. Estou repetindo o que está escrito aqui no decreto do Governador e a nova lei que está sendo proposta nesta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Estamos procurando, no dia de hoje, não trazer um conflito. Deputado Romanelli, concordamos com V. Exa., concordamos com a Secretaria Especial. Estou pedindo

pela ordem porque uma coisa é o controle interno e outra é a Corregedoria.

Deputado Romanelli, o artigo 7º, olhe o que diz: *O Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, no uso de suas atribuições, terá acesso à informação de qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual, bem como sobre a documentação existente, podendo requisitá-lo para exame posterior de evolução.*

E no artigo 8º, diz que pode até abrir auditoria. Mas, isso é um controle interno, que é atribuição da Corregedoria.

Por esta razão, entendo que temos que retirar este projeto, senão teremos que votar contra.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu acho que este Projeto nº 218/07 já foi amplamente discutido e a imprensa que está aqui, o pessoal do SindSaúde, o pessoal que está aqui, estão querendo ver a votação de aumento do funcionalismo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas eu não posso, Deputado...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

É um apelo que faço a V. Exa para fazer um apelo aos Deputados para encerrar a discussão e votarmos logo o projeto dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o Projeto nº 218/07. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a verificação de votação.

Treze Srs. Deputados rejeitam o projeto.

Vinte e sete Srs. Deputados aprovam.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Para registrar a abstenção do bloco, os Deputados Chico Noroeste, Ribas Carli Filho, Edson Praczyk, Rosane Ferreira e Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Registrado. O Deputado Augustinho Zucchi também se absteve.

Em votação as emendas. Há sobre a mesa Requerimento nº 1301, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Augustinho Zucchi, Elio Rusch e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 218/07. **Aprovado.**

Será feita a votação, emenda por emenda.

Emenda Modificativa nº 01, com parecer contrário da CCJ. Por ser parecer contrário, faremos a votação também contrária.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para poder esclarecer o tema. *A priori*, me parece que essa emenda tem que...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sei, mas ela está com erro material, Exa., porque deveria estar nominada com artigo 14. Ela é correta no sentido de que a lei não pode revogar as disposições em contrário geral, mas a redação dada a essa emenda modificativa está errada. Esse é o problema!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

É o artigo 14, Presidente!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está correta a intenção do autor da emenda, mas está errada a emenda do ponto de vista material.

Eu esclareço. O artigo 8º da lei trata: *A coordenação do sistema de controle interno será exercido pelo Secretário de Cultura do Estado, que fará parte da Governadoria do Estado*, etc. O que acontece? Aqui estamos tratando do artigo 14. O que diz o artigo 14? Justamente que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

A Lei Complementar nº 095/98 proibiu que sejam disposições contrárias se não forem especificadas. Então, está correto do ponto de vista que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. Está correta a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ela poderá ser regulamentada na redação final, mas não posso deixar de votar como está aqui.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Solicito a V. Exa. que rasure nossa emenda e coloque lá: artigo 14. Aí vale a rasura que vamos rubricar, depois, a emenda que está na Mesa com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se houver acordo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Há acordo, Exa. A emenda é procedente, é correta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pode rasurar, então.

Está em votação a emenda. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

**A Emenda nº 01 está aprovada.**

Agora passamos à Emenda nº 02. Parecer contrário da CCJ.

*Art. 13. A função de chefia do sistema de controle interno do Poder Executivo de que trata esta lei, deverá ser preferencialmente exercida por servidor estável e com notório conhecimento em administração pública.*

Está em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, não é uma emenda da Bancada da Oposição. São diversos Deputados que subscreveram e, na verdade, essa emenda apenas visa trazer uma transparência, efetivamente. Então, esse controle interno, ou Secretário Especial, ou qualquer nomenclatura que se dá a essa pessoa, estamos solicitando que seja, por meio dessa emenda, uma pessoa preferencialmente um servidor estável e com notório conhecimento de administração pública. Por que um servidor estável? Para que a pessoa conheça, efetivamente, o que é administração pública e sendo estável não tenha problema nenhum em termos de represália.

Acredito que o Líder do Governo também concorde conosco.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

**(Assentimento)**

Na verdade, a preocupação do Deputado Elio Rusch já está contemplada no original do projeto. Por quê? Diz o quê?

*Art. 13. Fica criado, no âmbito da Governadoria um cargo de Secretário de Controle Interno, símbolo AE-1, que deverá ser preenchido, preferencialmente, por servidor estável, com notória especialização na matéria tratada nesta lei.*

Na verdade, o que o Deputado Elio Rusch tenta com a emenda é impedir a criação desse Secretário de Controle Interno, símbolo AE-1, que não é Secretário de Estado. Tem a simbologia AE-1, não é Secretário de Estado. Só para deixar clara essa questão.

O restante da emenda repete o artigo 13. Então, o nosso parecer é pela rejeição da emenda, que já foi rejeitada pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Passa-se à votação. Os Deputados que forem contrários à emenda queiram levantar-se.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, é o contrário. A Emenda...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdoe-me, Deputado Romanelli, mas como há parecer contrário da CCJ, temos que reverter.

Os Srs. Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se.

Vinte e seis Srs. Deputados contrários à emenda.

Os Srs. Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados favoráveis à emenda.

**Está rejeitada a emenda.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Registrar a abstenção do bloco, novamente, de todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrada a abstenção do Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Emenda nº 03, também com parecer contrário da CCJ.

**(Lê o artigo 14)**

Está em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Para encaminhar pela rejeição, pelo óbvio. Desculpe, mas a emenda repete aquilo que já é e tem que ser feito pelo controle externo, de fiscalizar os órgãos do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Como o parecer é contrário, também a votação será de maneira inversa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Para não dizer pelo óbvio para o Deputado Romanelli, é lógico que todos os gastos e todo o controle são exercidos pelo Tribunal de Contas, o Poder Público.

Mas o que estamos solicitando através dessa emenda, é que o controle seja feito semestralmente, já que pela legislação é anualmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se.

Vinte e sete Srs. Deputados contrários à emenda.

Os Srs. Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados favoráveis à emenda.

**Está rejeitada a emenda.**

Devidamente registrada a abstenção do bloco do Deputado Reni Pereira.

Emenda nº 04, também com parecer contrário da CCJ, com substitutivo geral ao Projeto nº 218.

Em discussão.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.?

**(Assentimento)**

Dizer que o substitutivo apresentado deve ter sido copiado de algum outro sistema de controle interno, inclusive municipal, porque há aqui, flagrantemente, a destinação para os servidores públicos municipais.

Basta ler o artigo 12: *Somente prestarão serviços da coordenação de controle interno servidores públicos municipais com formação de nível superior; conhecimento sobre cálculos e outros temas.* E um outro que diz que os responsáveis deverão possuir registro no Conselho Regional de Contabilidade ou na Ordem dos Advogados do Brasil.

Ou seja, exclui todos os outros profissionais de poderem exercer a função, sendo só advogados e contadores. Isso só para dar 2 pequenos exemplos.

Na verdade, o substitutivo geral desnatura o projeto completamente, então encaminhamos para manter a rejeição que já foi feita pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Se V. Exa. quiser colocar em votação o substitutivo pode colocar, mas ele não tem nenhum efeito mais, porque a partir do momento em que foi aprovado o projeto, não é necessário votar o substitutivo. Então, peço que V. Exa. não coloque em votação o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Plenário tem que decidir, efetivamente. Há um encaminhamento do substitutivo pela CCJ e temos que votar, mas V. Exa. está com a razão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, sei que naquele primeiro projeto, devido a diversas questões de ordem levantadas, V. Exa. adotou uma postura e a está seguindo até o final desta reunião. Acho que faltou um pouco de esclarecimento à Mesa na hora.

O substitutivo está substituindo o projeto, então ele sempre tem que ser votado antes do projeto, porque aprovado o substitutivo, está rejeitado o projeto. Estamos fazendo o seguinte: aprovamos o projeto e um minuto depois aprovamos o substitutivo. Quer dizer, estamos rejeitando aquilo que tínhamos aprovado.

Então, que façamos a partir de agora: votar o substitutivo antes e o projeto depois.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente Deputado, mas vamos votar.

Deputados contrários ao substitutivo, queiram levantar-se.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Sr. Presidente, para encaminhar.

Às vezes sinto que estamos divididos ao meio em Situação e Oposição. Quer dizer, o que a Situação diz a Oposição faz o contrário e vice-versa. Concordo plenamente com o que está dizendo o Deputado Romanelli no encaminhamento e pediria a atenção dos Deputados da Situação. No Tribunal de Contas do Estado exige-se notório saber jurídico e para um cargo público estamos exigindo 3º grau, registro na OAB ou formado em contabilidade e registrado no Conselho. Quer dizer, esse é um substitutivo excludente. Todos os demais, por mais notório saber jurídico que tenham e por maior experiência que tenham, se não for formado em direito não poder ser.

Quer dizer, acho que não é uma questão de Situação ou de Oposição, mas é uma questão de dar o direito às pessoas de poderem ser indicadas. Não precisa ser médico, advogado ou coisa semelhante para poder participar de um Conselho nomeado pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputados contrários ao substitutivo, queiram levantar-se.

Está **rejeitado** o substitutivo.

**ITEM 04****VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, cumprindo o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual em relação à revisão geral anual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 311/07**

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo fixar índices e critérios para nortear os reajustes remuneratórios efetuados no quadro dos servidores públicos estaduais estatutários.

Em análise anterior, este relator manifestou parecer favorável ao presente projeto de lei, posição este que se mantém.

Neste ato, apreciaremos as emendas apresentadas em plenário.

**Fundamentação - Legitimidade**

*Emenda Aditiva 01 - Autoria: Deputada Rosane Ferreira*

*Pretende acrescentar parágrafo único ao artigo 3º do projeto em tela, o qual contém a seguinte redação:*

*Art. 3º (...)*

*Parágrafo Único. As faltas dos servidores públicos da Secretaria do Estado do Saúde, referentes aos dias 29 e 30 de março de 2007, serão abonadas e retiradas dos assentamentos funcionais.*

*Embora seja louvável o intuito da Parlamentar, a presente emenda não se reveste de regularidade.*

*O objetivo de abonar as faltas dos servidores não pode ser alcançado por emenda ao projeto de lei, pois o meio correto é por decreto do Poder Executivo, o qual detêm a prerrogativa para tal ato.*

*No que concerne a técnica legislativa, o presente projeto de lei está em desacordo com a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa, precisamente em seu artigo 7º, II e III, vejamos:*

*Lei Complementar 95/98*

*Art. 7º (...)*

*II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;*

*III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;*

*A presente emenda encontra-se em desacordo com a Lei Complementar nº 095/98 conforme demonstrado, bem com seu objeto deve ser efetuado por decreto executivo.*

*Desta forma, por não preencher os requisitos legais, nosso parecer é pelo indeferimento desta emenda aditiva.*

*Emenda Modificativa 02 - Autoria do Deputado Mauro Moraes*

*Pretende modificar o objeto inicial do projeto em tela, o qual contém a seguinte redação:*

*Art. 1º Estende-se aos policiais militares o mesmo reajuste previsto aos professores.*

*Segundo o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 137, parágrafo 4º, temos que a emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência, vejamos:*

*Regimento Interno ALEP*

*Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.*

*§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)*

*A emenda ora analisada já encontra obstáculo em nosso Regimento Interno, pois como claramente demonstra-se, a emenda modificativa não pode descaracterizar a essência do projeto de lei, e, é exatamente o que ocorre.*

*Outro fato a ser destacado é que a presente emenda também afronta aos ditames da Lei Complementar nº 095/98 em seu artigo 7º, como já demonstramos anteriormente.*

*Salientamos ainda, que mencionada emenda também está em desacordo com a técnica legislativa,*

*pois apresenta um artigo como sendo primeiro, mas não especifica qual artigo do projeto de lei pretende modificar.*

*Mesmo que a emenda modificativa fosse destinada ao artigo 1º do projeto de lei, esta também estaria afrontando a Lei Complementar nº 095/98, pois estender o reajuste previsto aos professores para os policiais militares é colocar matéria estranha ao seu objeto, o que é proibido pela Lei Complementar nº 095/98, artigo 7º.*

*Desta forma, por não preencher os requisitos legais, nosso parecer é pelo indeferimento desta emenda modificativa.*

*Emenda Supressiva e Modificativa nº 03*

*Autoria Deputado Antonio Belinati*

*Pretende suprimir e modificar o artigo 7º do projeto em tela, passando a constar a seguinte redação:*

*Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de maio de 2007.*

*A presente emenda está em conformidade com o Regimento Interno desta Casa bem como a Lei Complementar nº 095/98, preenchendo todos os requisitos da técnica legislativa e não afrontando dispositivos legais.*

*Desta forma, por preencher os requisitos legais nosso parecer é pelo deferimento desta emenda.*

#### **Conclusão**

*Em razão do exposto, votamos pela inconstitucionalidade das duas primeiras emendas, bem como pela constitucionalidade e aprovação da terceira emenda.*

*Sala das Comissões, em 15.05.07.*

*(aa) DURVAL AMARAL - Presidente*

*NEREU MOURA - Relator*

*Apoioamento:*

*Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Ademar Traiano, Waldyr Pugliesi, Luiz Claudio Romanelli e Francisco Bühner.*

*Há emenda da CCJ e emendas de plenário.*

*Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.*

#### **Aprovado, artigo por artigo.**

*Estão em votação as emendas.*

*Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1302, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Marcelo Rangel, Rui Hara e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das emendas de plenário. **Retirado pelos autores.***

**O SR. DURVAL AMARAL (Democratas) (Pela Ordem)**

*Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

*Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.*

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

*Sr. Presidente, quero encaminhar para que este Plenário delibere sobre a questão do requerimento de chamada geral.*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

*Não, o Deputado está requerendo apenas a chamada nominal para que os Deputados venham ao plenário.*

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

*Sr. Presidente, mas o regimento diz que quando tem número suficiente de Deputados, a chamada nominal é suspensa.*

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

*V. Exa. me desculpe mas é só contar o número de Deputados aqui.*

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)**

*Sr. Presidente, o artigo 104, o Regimento da Casa diz que ao ter quórum suficiente na Casa, a chamada nominal será suspensa imediatamente. E nós temos quórum nesta Casa.*

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)**

*Mas é só por vontade do autor do pedido.*

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

*Não, o regimento da Casa não diz isso.*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

*Deputados, essa é uma prerrogativa da presidência, deferir ou não o pedido de chamada nominal, em que pese nós entendamos que há quórum suficiente. Mas a presidência pode avocar para si, exatamente para mostrar a intenção do pedido de chamada nominal, que é para mostrar aqueles que não estão presentes na Sessão. Não posso negar um pedido desses.*

*Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.*

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

*Quarenta e nove Srs. Deputados responderam à chamada, Sr. Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

*Há quórum suficiente para prosseguimento da Sessão e da votação.*

*Está em votação o requerimento requerendo destaque para votação das emendas.*

*Em discussão. Em votação. **Retirado pelos autores.***

*Requerimento nº 1296, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solici-*

tando destaque e votação nominal para a emenda de Plenário de nº 01 ao Projeto de Lei nº 311/07. **Rejeitado.**

Portanto, vamos votar todas as emendas separadamente.

Requerimento nº 1295, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 311/07. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar à nossa bancada para rejeitar este requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, somente para dizer que a Bancada da Oposição tem um requerimento igual a este pedindo votação nominal para o projeto e para as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas já estamos votando.

Portanto, vamos votar o requerimento da Deputada Rosane Ferreira que pede votação nominal para a sua emenda, conforme artigo 166 do Regimento Interno.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para uma emenda ou para todas as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todas as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Então, retiramos o nosso requerimento e vamos apreciar apenas o da Deputada Rosane Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por economia, vamos votar uma vez só.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas para orientar a nossa bancada para votar contra o requerimento. Só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados favoráveis ao requerimento, permaneçam como estão. **Rejeitado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados favoráveis ao requerimento, queiram por gentileza, levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados votam a favor do requerimento.

Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco Srs. Deputados são contrários ao requerimento. **Rejeitado o requerimento.**

Vamos, portanto, passar à votação das emendas.

Emenda nº 03, com parecer favorável da CCJ, do Deputado Belinati: *Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio de 2007.*

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que V. Exa. se equivocou. O parecer da CCJ foi contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdão, mas no meu aqui está favorável.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Foram contrários os 3 pareceres da CCJ, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Sr. Presidente, o nobre Deputado Nereu Moura foi relator da matéria na CCJ e efetivamente o parecer dele foi contrário. Há um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdão, cabe a questão de ordem, mas tenho aqui como parecer favorável.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, esse projeto tem 6 emendas. Provavelmente estamos tratando as emendas que já foram feitas na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por isso eu faço questão de ler a emenda, essa aqui é Emenda nº 03.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, conforme o parecer da CCJ, primeiro poderíamos votar as emendas que foram acolhidas pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Foi o que eu tentei fazer. Pelo parecer que veio aqui para mim, esta emenda veio com parecer favorável, claro que eu me curvo.

Por essa razão, vamos inverter a votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Quero consultar à Mesa, haja visto o pedido de preferência de votação rejeitado, se não há como colocar a emenda da Deputada Rosane por primeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, é que na pressa, para mim, chegou como se fosse parecer favorável. Portanto, vamos votar a



emenda da Deputada Rosane Ferreira. *Adita-se o parágrafo único ao artigo 3º do projeto de lei: as faltas dos servidores públicos da Secretaria de Estado da Saúde, dos dias 29 e 30 de março, serão abonadas e retiradas dos assentamentos funcionais.*

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, teve duas emenda na CCJ. Uma foi a minha estendendo a possibilidade do reajuste aos contratos de regime especial, e teve uma segunda emenda, do Deputado Romanelli, em relação ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Isto é emenda da CCJ. Estou votando as emendas de plenário. Temos 3 emendas de Plenário. A primeira de autoria da Deputada Rosane Ferreira, a segunda do Deputado Mauro Moraes e a terceira do Deputado Belinati. Depois temos as emendas da CCJ, que são 6 emendas. Por isso, vamos votar primeiro a Emenda nº 01, de Plenário, da Deputada Rosane Ferreira.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

V. Exa. havia anunciado a minha emenda. Vai ser votado pela ordem as emendas, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Uma a uma.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos em nossas mãos uma oportunidade única de posicionar esta Casa com relação à busca da justiça. A minha emenda não visa consolidar o regime de 30 horas, porque sei que essa é uma luta que os senhores terão que continuar travando com o Executivo. Nossa emenda também não visa interferir no Poder Executivo e gerenciar os recursos humanos da Secretaria Estadual da Saúde. Nossa emenda visa, única e exclusivamente, anistiar os 2 dias de faltas indevidamente dados a diversos servidores, como uma medida punitiva do não cumprimento da carga horária.

Então, Srs. Deputados, poderemos nos posicionar dizendo não. Não é desta forma que queremos que o Executivo negocie com os servidores, não de uma forma punitiva, não de uma forma aleatória, não numa forma de ver cada servidor como tem que ser visto, de uma forma única. Dará mais trabalho, sim, ao Executivo, levantar no final do mês e as suas chefias imediatas verem a frequência, a pontualidade e a assiduidade de cada servidor, mas será justo fazê-lo desta forma. E assim a sociedade espera que o faça. Então estou solicitando, sim, o apoio dos senhores à minha emenda.

Com relação à constitucionalidade ou à inconstitucionalidade, quando cheguei nesta Casa o primeiro voto que teríamos que ter trazido, aqui, sentei com a nossa assessora jurídica, com os demais membros do gabinete e

discuti. Esse projeto é inconstitucional. Tínhamos clareza daquele projeto e da inconstitucionalidade daquele projeto. Chegamos a esta Casa e vimos esse Plenário votar pela constitucionalidade, com argumentos de que quando um projeto é inconstitucional, com a sanção do Governador, esse vício de origem é corrigido. Então, isto é claro para todos os senhores. A questão da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade é clara.

E não dá para eu fazer uma fala sem puxar para a questão o mérito. E é o mérito que eu estou defendendo, embora saiba que o que está em jogo neste momento, é a inconstitucionalidade da nossa emenda. Pois bem, vamos marcar posição, vamos mostrar que este Poder está aqui constituído pela vontade da maioria e pela busca da Justiça, seja ela qualquer forma de justiça: social, administrativa, profissional.

Estou encaminhando favoravelmente e espero o apoio dos senhores.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava acompanhando o pronunciamento da nossa Deputada Rosane, que vem ser a nossa representante na saúde. Temos médicos, outros funcionários, mas nesta Casa, temos uma autêntica representante da saúde, uma autêntica representante dos postos de saúde, dos hospitais, das secretarias, dos órgãos do estado, a nível de estado do Paraná. Esta Casa se constitui em ser uma Casa Parlamentar, por ter várias classes representadas e aqui temos a mais importante representação da saúde, constituída numa pessoa que é da saúde, e que torna-se Deputada por um período. É Deputada por um período e já disse que não quer continuar depois, mas que no período em que estiver aqui, ela vai contribuir para que a classe que ela defende, que é a origem da vida dela, ela vai defender com unhas e dentes.

Isso é bonito no Parlamento, podermos ter alguém ligado à saúde, que vive, que sofre, que passa por dificuldades, que sabe o que é o dia-a-dia da saúde e que vai encaminhar o seu voto, como fez, a favor das pessoas que trabalham pela saúde. Vemos a presença do SindSaúde, que se mobiliza quase todos os dias, que vem mostrar o que está sentindo, vem transmitir o sentimento de todos os membros da saúde do estado do Paraná. É um sindicato constituído e que vem trazer a palavra de todos os servidores que não podem estar aqui hoje, porque a grande maioria está lá no atendimento ao nosso povo, à nossa gente, às nossas crianças, aos nossos filhos, aos nossos eleitores. Aos nossos eleitores, sim, àqueles que diariamente precisam da saúde.

Então, encaminho favorável ao requerimento. Alguém pode dizer que é inconstitucional, mas eu perguntaria, voltando à Bíblia, lá atrás, Jesus Cristo disse: *Quem não tem pecado, que atire a primeira pedra.* Jogue a primeira pedra quem não tiver pecado. Este Parlamento já votou também, já votou leis que não são constitucio-

nais e hoje são leis do Paraná que estão aprovadas. São leis! Ninguém reclamou! A partir da sanção do Governador, passa a ser lei.

Então, que nós possamos, num gesto de respeito aos servidores, num gesto de respeito aos trabalhadores da saúde, possamos dar esse voto favorável a essa emenda. Por quê? Porque é uma emenda que vem do coração de quem trabalha com o povo.

Outra coisa, quando este Parlamento votar favorável à essa emenda, o Parlamento vai estar mandando um recado ao Governador que gosta de sortear prêmios na “escolinha”. Vai um recado para ele: o recado no voto, que aqui não é lugar de brincadeira. Aquela história da ambulância, do ônibus de brincadeira não serve para este Parlamento. Quando nós derrubarmos isso, aqui, hoje, vai o recado para o Governador, que ele precisa pensar e analisar o que está acontecendo no seu Governo.

Lembro-me bem, em campanhas passadas, o Governador Requião, que usa até hoje o 30 de agosto, que é o dia dos professores: “os famosos cavalos do Governo Álvaro Dias”. Todo dia 30 de agosto têm os cavalos que o Governo do PMDB bota na televisão. “Lembram-se disso? os cavalos, aquela confusão”. Se todo dia 30 o PMDB lembra dos cavalos, por ser coisa da ditadura, vamos lembrar de hoje, dia 15. O que o Governo não quer votar hoje, é a punição dos 2 dias, punição. Um Governo que é da Esquerda, que segue os ensinamentos da Esquerda, não pode punir ninguém. Punir por quê? Punir trabalhadores da saúde, como uma represália, tirar 2 dias dos trabalhadores da saúde? Um verdadeiro absurdo!

Por isso, Deputada Rosane, a senhora tem a minha solidariedade. Voto a favor da sua emenda, porque conheço os servidores da saúde. Quero dizer aqui, aos servidores dos campos gerais: sou um Deputado que trabalha para a região dos campos gerais. Aos meus eleitores aqui dos campos gerais e aos servidores da saúde dos campos gerais, saibam que a nossa região tem 4 Deputados. Analisem como cada um vai votar nesta Casa. Eu vou votar por vocês, porque sei o que vocês fazem nos campos gerais.

O meu voto é a favor da Deputada Rosane.

#### O SR. PEDRO IVO (PT) (Para Encaminhar)

Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Geralmente a minha votação é sempre silenciosa, mas o objetivo do meu discurso não é arrancar aplausos, nem agradar Oposição e nem ao Governo.

Achei importante me manifestar, até como forma de expressar a minha consciência nesse meu pronunciamento. Entendo que neste momento nós descontarmos 2 dias dos servidores públicos, passa a impressão para a sociedade, para os servidores que nós como Governo queremos tirar as migalhas de pão da boca dos servidores que estão com fome. Acho muito pequena essa atitude.

O Governo tem o poder de, através de uma atitude administrativa, separar quem tem que fazer 40 horas, quem tem que fazer 30 horas.

Companheiro Romanelli, são esses companheiros que têm posição para defender isso, porque às vezes aqueles que alisam não estão ajudando o Governo. É muito mais fácil dizer amém.

Precisamos ter companheiros até para ajudar o Governo a refletir um pouco. Dizia o Maurício Requião numa ocasião: “transformaram um limonada num limão”. Estamos fazendo a mesma coisa. Descontar 2 dias dos servidores é muito pouco.

O Governo deveria fazer uma análise de quem tem que trabalhar 40 horas, quem tem insalubridade, que mexe com sangue, com doença, que tem que trabalhar 30 horas. A partir de um processo dessa natureza, exigir as 40 horas para quem é de direito e 30 horas para quem é de direito. Aí sim, tomar as atitudes que têm que ser tomadas, mas não de forma punitiva descontar duas horas. Tem gente que trabalhou nos dias 29 e 30. O coitadinho lá, que nunca faltou ao trabalho, vai ter o desconto desses 2 dias que vai prejudicar na licença dele, que vai ter consequências na aposentadoria. Teve Chefes de regionais que foram políticos e aí disseram que lá todo mundo trabalha 40 horas, não estão sendo descontados, porque o Chefe foi mais político. Isso aconteceu em algumas regionais e não é uma atitude justa.

Quero expressar a minha consciência. Votei a favor do Governo em todos os momentos difíceis que o Governo precisou do meu voto: na autarquia da EMATER, na questão do nepotismo, sofri na carne em muitos momentos, com o auditório cheio, mas acho que num momento desses, de decisão, em que há injustiças e as coisas não estão claras, temos que votar pelos mais fracos, pelos mais oprimidos.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Quando me elegi, defendendo sempre os interesses da população, e vim fazer uma visita à Assembléia, no dia que tive o privilégio de conhecer a Assembléia encontrei V. Exa. presidindo a Sessão. Confesso que não esperava de V. Exa. um voto contrário, de jeito nenhum, até porque V. Exa. representa o Partido dos Trabalhadores e hoje ouvi o Presidente da República, ele estava dando uma entrevista coletiva e defendeu muito os trabalhadores. Defendeu o direito dos trabalhadores, defendeu os sindicatos, defendeu aquilo que o fez Líder e está hoje na presidência da república.

Quero aproveitar para encaminhar dizendo que o meu voto vai ser favorável, Deputada Rosane. Continuo no plenário e o meu voto é favorável à sua iniciativa.

E quero dizer mais, Deputada Rosane, lá na CCJ, sou membro da CCJ, também lá votei favorável ao seu projeto, mesmo sendo relatado pela inconstitucionalidade. Inconstitucionalidade maior é perseguir os trabalhadores. Isso é inconstitucionalidade. Os trabalhadores

estão requerendo os seus direitos e o nosso papel, de representantes da população, eleitos pelo voto direito das pessoas, é defender os interesses do povo.

Quero reiterar aqui que sou contra o nepotismo e já respondi ao Ministério Público sobre esse item que ele está perguntando a todos da Assembléia, do Executivo Estadual e também sugeri que perguntasse a todas as prefeituras. Sou contra aqueles projetos que criam cargos. Já me manifestei em votar contra criar cargos, porque tudo isso é dinheiro do povo, que está sendo arrecadado dos impostos, e às vezes vai para pessoas que nem tem o merecimento, que são indicados ou por serem parentes de um Deputado ou por serem parentes de um Governador, de um Prefeito, parentes de alguém que tem o poder.

Vou utilizar o tempo que tenho, Presidente, porque aqui estou na defesa não da Constituição e Justiça, mas na defesa dos interesses da população.

Tem outros projetos, vai ter o projeto do Belinati daqui a pouco. Quero dizer ao Belinati que vou votar favorável ao projeto dele. E vou votar também para defender os interesses das pessoas.

Quero lembrar que, Srs. funcionários, inclusive aqui na Assembléia têm Deputados que vão passar do seu mandato, daqui a 4 anos tem eleições, alguns irão se candidatar novamente, outros não; alguns se reelegerão, outros não, mas os funcionários da Assembléia vão continuar. Vale o recado para o Executivo. O Secretário que hoje está na pasta da saúde não vai continuar daqui a 4 anos, talvez. Ou poderá continuar, mas os funcionários continuarão.

O Governador não vai mais ser Governador nos próximos 4 anos. Poderá ser Senador, Deputado Federal, até Presidente da República, se quiser, mas não vai ser Governador. Eu defendo os funcionários, não para ser aplaudido pelos funcionários, até porque lá na CCJ acho que os funcionários que estavam lá confundiram aqueles Deputados que votaram por eles e contra a posição da própria relatoria. Quero votar pela capacidade técnica.

Sempre defendi que tenhamos nos governos um enxugamento da máquina e que valorizemos, sempre, os profissionais de carreira, profissionais que prestaram concursos, para que possam exercer com qualidade seu trabalho e oferecer condições de qualidade de vida às pessoas, a todos da população do Paraná.

Então, defendo critérios técnicos, defendo qualificação, defendo profissionalização, defendo que o Governo invista mais no funcionários de carreira, que valorize o servidor, aquele que fez um concurso, aquele que estudou, aquele que se dedicou, e não aquele funcionário apaniguado, indicado, seja indicado por qualquer pessoa. Mas, defendo os funcionários.

E, para finalizar quero dizer, Deputada Rosane, estive presente naquela assembléia que tratava da segurança pública, promovida por V. Exa. Espero que V. Exa. também sempre se posicione: ou Situação ou Oposição. Às vezes, a abstinência pode prejudicar um voto, e seu voto é muito importante.

Então, conte com meu voto. Eu sou da Oposição ao Governo, mas não Oposição para prejudicar o Governo, pelo contrário, para ajudar o Governo, Oposição que mostra coisas que o Governo está fazendo de errado e que deveria melhorar.

Era isto, Sr. Presidente.

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Numa ocasião eu tive oportunidade de aprender com um Parlamentar desta Casa, uma frase - que inclusive não mais se reelegeu - ele afirmava que o Poder Legislativo é o Poder que menos pode. Esse Deputado, inúmeras vezes, em alguns discursos, afirmava isto. O Poder Legislativo é o Poder que menos pode. Tem, por exemplo, o Tribunal de Contas como seu órgão auxiliar e muitas vezes dá mais poder ao Tribunal do que à Assembléia Legislativa. Muitas vezes comporta-se como uma extensão do Poder Executivo, comporta-se como subserviente dos interesses do Governador.

Ora! Vemos nesta situação a oportunidade de encarmos esta responsabilidade e não fugir dela. Anteriormente foi feita a solicitação de votos nominais. Se brigava tanto para se votar nominalmente e de repente os mesmos que defendiam a votação nominal foram os que fizeram de tudo para derrubar este requerimento. Isto me choca, às vezes. Dependendo da situação vota-se de um jeito ou de outro.

O encaminhamento que faço, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é muito mais do que acompanhar a Deputada Rosane, e assim o farei porque faço parte do bloco que ela faz parte: o Bloco Independente. Mas, avanço além, faço um apelo ao Deputado Líder do Governo e seus Deputados da base aliada, que não apenas votem com a Deputada e deixem a responsabilidade para o Governador. Se entenderem que devem rejeitar esta emenda, que os Deputados não sejam articulados para ausentarem-se do plenário, porque não basta dizerem que estão a favor, e na hora H, esconderem-se.

Apesar deste Parlamentar entender que é uma prerrogativa regimental, neste momento, o apelo que faço é que V. Exas. enfrentem e seja o que Deus quiser, mas que não se ausentem do plenário no momento em que precisamos tanto saber qual é a posição de quem é barro e de quem é tijolo.

Muito obrigado!

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Temos tido um processo de negociação da Liderança do Governo com a diretoria do Sindicato da Saúde, há muitos dias. Reconheço que é uma área que eu conhecia pouco e aprendi muito por conta das discussões havidas com a direção do sindicato, também me

aprofundando, embora minha área de especialização seja gestão urbana.

Quero dizer que recebemos, hoje, os servidores; estamos votando um projeto da maior importância para os servidores públicos estaduais, na medida que temos a fixação de uma data de revisão anual geral dos salários. A partir deste mês de maio, em todo 1º de maio teremos um reajuste corrigido pelos índices inflacionários no salário do conjunto dos servidores públicos do estado do Paraná.

O nosso Governo tem avançado muito. Já disse aos nossos servidores e servidoras que estão aqui, hoje, que muitos que aqui, demagogicamente, sobem à tribuna e encaminham, mantiveram durante anos um salário absolutamente ridículo, para dizer o mínimo sobre o salário. Sabem os servidores da saúde que o nosso Governo, pelo menos, iniciou um processo de resgate da dignidade do salário dos servidores, querendo com isso fazer com que cada servidor, servidora, possa chegar, hoje, em qualquer loja, abrir crediário e pagar prestação, porque hoje, pelo menos, tem salário e tem crédito.

Quero dizer que temos mantido um permanente contato para poder, efetivamente, promover um início de diálogo sobre esse tema que, sinceramente, sabem as Sras. e Srs. Deputados, é um tema complexo. Ele implica, na verdade, já há muito tempo, numa prática e o Governo tem, hoje, efetivamente, que contratar mais 4 mil servidores da saúde e quer discutir de uma forma que possa ser melhor o atendimento da população e o regime de trabalho de cada um dos servidores.

Quero dizer aos companheiros e companheiras que integram a base do governo que essa emenda apresentada pela Deputada Rosane me foi inicialmente sugerida pela direção do sindicato. Eu disse: olha, temos encaminhado o processo de negociação, de discussão sobre o tema, e não podemos, num projeto que reajusta salários, encaminhar uma questão de abono de faltas.

Ora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores públicos que estão aqui: quero informar a todos, inclusive aos servidores, mas especialmente aos Deputados, Deputado Pugliesi, Líder do PMDB; Deputado Welter, Líder do PT; Deputado Nishimori, Líder do PSDB; demais companheiros que integram a nossa base, quero informar que temos já encaminhado, para amanhã, um início de conversação com a Secretaria de Administração, que implica em podermos encontrar caminhos para que possamos tratar desse tema. O que não é possível é ver a demagogia. Demagogia, porque todos sabem que é uma emenda que não prospera. O tema tem que ser discutido em um outro plano, com o Executivo, para que possamos encontrar uma solução.

Por isso, quero pedir aos Srs. e Sras. Deputadas que confiem, que possamos encaminhar um bom caminho de conversação, que possamos ter o sentimento de estar cumprindo o nosso papel, enquanto representantes do povo e ao mesmo tempo lutando

por melhores condições de vida para a nossa população.

Por isso, pedimos a rejeição da emenda da Deputada Rosane.

#### (Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

Antes há o Requerimento nº 1307, de autoria do Sr. Deputado Romanelli, requerendo a prorrogação da Sessão Ordinária, por mais duas horas.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

#### Aprovado.

Está em votação a Emenda nº 01, da Deputada Rosane Ferreira. O parecer é contrário, portanto, a votação também será ao contrário.

Srs. Deputados, queiram por gentileza ocupar os seus lugares.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

#### (Manifestação nas galerias)

Vinte e cinco Srs. Deputados rejeitam a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam a emenda.

#### Está rejeitada a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, para registrar os Deputados que votaram a favor da emenda e a favor de que fossem abonadas as faltas dos servidores públicos estaduais: Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Edgar Bueno, Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Cida Borghetti, Ney Leprevost, Reni Pereira, Rui Hara, Plauto Miró, Jocelito Canto, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Chico Noroeste e Pedro Ivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há emenda sobre a mesa, do Deputado Mauro Moraes.

Emenda nº 02: o Deputado Mauro Moraes, atendendo o disposto no artigo 137, do regimento, estende aos policiais militares o mesmo reajuste previsto aos professores.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Para encaminhar, Sr. Presidente?

#### (Assentimento)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Sr. Presidente, essa emenda, quando proposta pelo Deputado Mauro Moraes, ele veio inclusive colher a minha assinatura e falou da importância desse projeto e assinei junto com ele. Apenas estranhei o Deputado Mauro Moraes não estar presente na Sessão, hoje, da Comissão de Constituição e Justiça, que votou esse projeto.

Mas, quero dizer, viu Deputado Mauro Moraes, que lá na CCJ, assim como assumi compromisso com V. Exa., fui lá e votei a favor do seu projeto, relatado pela inconstitucionalidade pelo Relator. Quero reforçar aqui ao Deputado Mauro Moraes que perdemos essa votação, agora, para os funcionários, por um voto e acho que foi o senhor que votou e que acabamos perdendo essa votação por um voto, prejudicando os trabalhadores com isso. Mas, como tenho a coerência e vou honrar a minha palavra, vou votar e encaminhar favoravelmente a essa emenda que repassa aos policiais militares o mesmo reajuste dos professores, por entender que a segurança pública no Paraná está passando por muitas dificuldades.

No Brasil, em especial, estamos vendo vários problemas de segurança pública, mas o nosso foco é o Paraná. Estivemos em uma Audiência Pública em Araucária tratando desse assunto e pude lá perceber a grande presença de lideranças, do povo em geral na Câmara de Vereadores daquela cidade, a cidade da Deputada Rosane, e o povo realmente precisa de mais segurança. Entendo que o Governo, valorizando mais os policiais, dando um salário maior, acredito que poderá ajudar na questão da segurança.

Então, vou votar favoravelmente a essa emenda.

Era isso, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero dizer aos servidores da saúde que o que eu disse aqui sobre o processo de discussão e conversação, vamos manter da mesma forma, independente dos posicionamentos aqui. Para mim, sinceramente, essa é uma questão que não tem absolutamente nada a ver uma coisa com a outra. É um processo que temos que avançar e tenho o maior respeito pelos servidores da saúde. Eles já foram embora, mas não tem importância, porque falo isso no contexto geral, porque eu, fundamentalmente, gosto das pessoas e tenho respeito pelas pessoas.

Quero dizer que o Deputado Mauro Moraes apresentou uma emenda e o Deputado Mauro Moraes

é o mais votado Parlamentar do município de Curitiba, ou seja, tem uma base forte, um apoio forte neste estamento que é fundamental, que é a Polícia Militar do Estado do Paraná. Mas o projeto, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, obedece uma lógica. O Deputado Douglas Fabrício, muito provavelmente - com o maior respeito que tenho por ele - talvez não tenha se aprofundado no tema. Desculpe, Deputado, estar falando dessa forma, mas talvez depois do que eu vou falar, V. Exa. poderá naturalmente refletir. É que esse projeto constrói, na verdade, uma lógica do ponto de vista de quê?

O governo Requião pegou este estado esfacelado e no início de 2003 - V. Exa. não era Deputado e nem participava desse processo - iniciou-se um processo de correção de cada uma das carreiras que compõem o quadro de servidores públicos do estado do Paraná, especialmente os funcionários públicos concursados que têm no mérito a sua promoção. E essa construção foi muito difícil, cada plano de cargos e salários que foi efetivamente feito, foi feito com muito esforço para que pudéssemos ao fim, ao cabo, chegar em um dia como hoje podendo votar uma data que fixa uma revisão anual dos salários e ao mesmo tempo corrigir diversas categorias em função do último reajuste.

Por que o salário da área da educação, dos professores, do magistério especialmente, é corrigido em 3,14, mais os quase 14%, os 3,85, por quê? Porque esse é o valor da inflação acumulada desde o último reajuste que os professores receberam em abril de 2004. Os policiais militares receberam reajuste em janeiro de 2006 e agora terão a correção dos 3,14% mais 3 vírgula qualquer coisa que chega a quase 7% o reajuste real dos servidores, e mesmo assim os professores que trabalham 40 horas estarão ainda recebendo um salário menor do que um policial militar que tem, no máximo, o ensino médio, ao contrário do professor que, obrigatoriamente, tem que ter o curso superior. Quero dizer que os policiais militares têm sido valorizados, temos tido um trabalho enorme.

Quero destacar o trabalho do Deputado Mauro Moraes, mas quero dizer, Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que é nosso companheiro, que integra a nossa bancada, que o Governador Requião sabe que V. Exa. defende essa carreira, esses servidores, mas quero dizer que o projeto tem uma lógica, Deputado Stephanes, V. Exa. conhece bem, foi Secretário da Administração que, aliás, diga-se de passagem, vosso pai, hoje nosso Ministro, é grandemente responsável por essa lógica toda que foi construída durante esse último período de governo.

Então, quero pedir a todos os Deputados, com o devido respeito ao Deputado Mauro Moraes, que rejeitem a emenda do Deputado Mauro Moraes, no sentimento de que o que está sendo feito, está sendo bem feito, com muita cautela, para que o estado, efetivamente, possa pagar todos os seus compromissos, especialmente, é claro, os reajustes que estão propostos.

Por isso, peço pela rejeição da emenda.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só dizer ao Deputado Romanelli que me aprofundei, sim, estudei, conversei com o Deputado Mauro Moraes, para entender a importância. Tanto me aprofundei que fui à Araucária participar de uma audiência pública sobre o tema segurança, e se falou de salário lá também. Só dizer isso, viu, Deputado Romanelli: me aprofundei e tenho me aprofundado.

Agora, não posso deixar de dizer que me aprofundei só porque não votei a favor do Governo, e sim a favor da segurança pública.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente.

**O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero, antes de mais nada, agradecer aqui ao amigo Douglas Fabrício porque ele falou a verdade. Na primeira audiência, como Presidente da Comissão de Segurança, tivemos a presença de 6 Deputados, e, infelizmente, naquela ocasião - espero que da próxima vez seja diferente - todos os Deputados que lá compareceram eram da Oposição.

Então, como temos mais 6 audiências marcadas, espero que os Deputados do nosso partido, da nossa base aliada, se façam presentes, porque eu acho primordial. Uma das questões mais primaciais hoje, Sr. Presidente, é a segurança. Não podemos, em hipótese nenhuma, nos transformar em uma cidade como o Rio de Janeiro, e um dos primeiros requisitos para que possamos diminuir a violência e aumentar a nossa segurança é pagar bem ao policial para ele não fazer "bico" em porta de boate, em porta de boteco ou em outros lugares. O policial bem pago tem a tranquilidade e a sensatez de trabalhar tranquilamente.

É por isso que peço a todos os meus Pares da Oposição e da Situação para que votem favoravelmente ao aumento para os policiais militares do Paraná, que acredito que sejam os melhores de todo o Brasil. Acredito que a Polícia Militar do Paraná, hoje, é a melhor Polícia Militar do nosso país e não acho injusto dar aos policiais militares o mesmo aumento que estamos dando aos professores do estado do Paraná. Acho que os nossos professores merecem, sim, mas os nossos policiais também merecem e eu tenho certeza absoluta que para que possamos acabar com a violência, para que possamos ter mais segurança em Curitiba, na região metropolitana, no Paraná, devemos pagar melhor os nossos policiais.

Os nossos oficiais, faz 4 anos que não recebem aumento e são os Comandantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Então, deixo aqui o meu registro e o meu pedido para que votem favoravelmente, que um dos requisitos principais, entre outros que precisamos, é evidente, são mais viaturas para a Polícia Militar e Civil. Precisamos tentar fazer voltar os módulos policiais, melhores armamentos, mais sofisticados, para os policiais militares e civis. Precisamos de policiais nos semáforos, porque só a presença de um policial ali vai inibir, com certeza, a ação de marginais em nossa cidade. Quantos trombadinhas estão ali roubando relógios, as bolsas das senhoras...

Então, Sr. Presidente, hoje há uma inversão de valores. O cidadão de bem tem que ficar trancado em casa, com grade na porta e na janela, enquanto os bandidos estão livremente circulando pelas ruas, sentando nos bancos de nossas praças, de nossos parques e nós só podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabar com isto pagando melhor os nossos policiais, investindo no mínimo R\$ 40 milhões em investimento na segurança a mais do que o orçamento já vindo para esta Casa.

Então, novamente solicito aos Deputados para que votem favoráveis a esta emenda em nome dos 18 mil policiais do estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito e quero aqui cumprimentar a Liderança do Governo pela excelente articulação da votação anterior - fatalmente já derrubou as duas emendas conseqüentes.

Mas, por economia processual também já vou encaminhar em relação à emenda do Deputado Antonio Belinati. Acho que se o Deputado Mauro Moraes colocasse o mesmo aumento e da mesma forma com que foi concedido aos professores, e está aqui o Presidente da APP, o professor Lemos, a quem eu digo: - vigiai e orai -, porque da mesma forma significa dizer: só vou pagar se aumentar a arrecadação, e aí entro na emenda do Deputado Antonio Belinati, que muito sabiamente coloca, vale a partir do dia 1º de maio, o dia que foi anunciado e criada a expectativa de aumento no estado do Paraná.

Então, Deputado Mauro Moraes, vou acompanhar a sua emenda, porque já havia lhe dado a palavra em meu nome, em nome do bloco, nós acompanhamos, porque entendemos que o mesmo aumento dado aos professores e da mesma forma significa dizer: só se houver dinheiro, e se houver dinheiro para pagar os professores, também vai haver para pagar o pessoal da EMATER, o pessoal da Polícias Militar, enfim, todos aqueles elencados.

Quero aqui deixar bem claro para todos os membros desta Assembléia Legislativa, para a imprensa que ainda se faz presente, que não existe prioridade de pagamento nesse projeto, nessa mensagem. Se houver

dinheiro, paga-se a todos e não conforme está sendo anunciado que primeiramente vai se pagar os professores, que o projeto não faz distinção de uma categoria para outra. Se o Governo quisesse pagar primeiramente os professores, que mandasse uma mensagem de aumento somente para os professores.

Então, deixar bem claro aqui ao Líder do Governo que não existe esta história e também a mensagem à APP: vigiai e orai.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, só quero me somar ao vigiai e orai do nosso companheiro, Deputado Reni Pereira. Aliás, eu ando muito satisfeito com o Deputado Reni Pereira, porque ele está vigiando e orando pelo orçamento do estado.

Quando o estado veio aqui fazer uma prestação de contas, ele, muito inteligente que é e muito técnico que é nessa área financeira, colocou uma saia justa aqui na parte financeira do estado. Ele mostrou ao Governo do Estado que houve uma maquiagem no fechamento das contas do estado no ano passado e ele está orando e vigiando, porque na próxima prestação de contas haveremos de acabar com a vigia e as orações e provaremos que tem dinheiro para pagar o aumento dos Srs. servidores!

Ao Deputado Mauro Moraes, cada vez mais eu o admiro. Sem dúvida, uma postura firme em defesa da segurança. Precisamos melhorar a segurança, eu concordo, a segurança precisa de aumento e ele me convenceu com o discurso dele. Eu estava em dúvida sobre a questão do aumento, mas depois do pronunciamento do Deputado Mauro Moraes, V. Exa. fez um discurso que me comoveu e eu vou votar a favor da sua emenda porque acho que os policiais precisam ganhar mais.

Na semana que vem vou propor um requerimento nesta Casa, Sr. Presidente, eu quero saber como estão sendo feitas as promoções dos graduados da Polícia Militar. Me parece que há alguns graduados da Polícia e alguns valentes homens da Polícia estão sendo colocados em 2º plano porque não estiveram na campanha. Vou requerer isso aqui na semana que vem.

Para terminar, Sr. Presidente, vou colaborar com o tempo, só para dizer a V. Exa. que o Deputado Mauro Moraes merece os parabéns deste Parlamento, hoje. Legisla, de um lado a favor do aumento e de outro ele não quer o aumento para os nossos servidores da saúde. Por isso eu voto com o Deputado Mauro Moraes, para manter a coerência do aumento para todos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a votação da Emenda nº 02 de Plenário, a emenda do Deputado Mauro Moraes, que também tem o parecer contrário da CCJ.

Srs. Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se.

Vinte e três, Srs. Deputados contrários.

Srs. Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Doze, Srs. Deputados.

Está **rejeitada** a emenda.

Vamos votar a Emenda nº 03, do Deputado Antonio Belinati. *Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2007.*

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Como eu anunciei anteriormente, Deputado Belinati, acho importante esse seu projeto de marcar uma data para que este aumento seja realmente efetivado, por entender que é muito importante se ter uma data definida para que esse dinheiro entre no bolso dos profissionais do serviço público.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, já está desdenhado o quadro de que a emenda vai ser bombardeada, não vai ser aprovada, mas mesmo assim, Sr. Presidente, continuo reafirmando a crença de que esta emenda é muito oportuna e muito justa, pautada até na conduta do próprio Governador, que ao corrigir o salário-mínimo regional não estabeleceu que o aumento do salário-mínimo regional valia apenas para empresa que está tendo um bom desempenho financeiro.

O aumento foi implantado para todos os empresários paranaenses e a nossa homenagem ao Deputado Romanelli e ao Governador Requião, com o salário-mínimo regional.

No tocante ao funcionalismo público, daí a profunda frustração, a profunda decepção, porque é dado o aumento e o servidor que está enforcado, que está com a corda no pescoço, como ele vai chegar para quem é seu credor e dizer: “olha, estou te devendo, mas não sei quando vem o aumento para poder botar a minha dívida em dia”.

Portanto, Sr. Presidente, continuo insistindo, está sendo dado aumento, tem que estabelecer a partir de quando. E acompanhando o próprio salário-mínimo regional, nada mais justo do que esse aumento vigorar desde o dia 1º de maio deste ano. Um Vereador, um Deputado, um Senador, um Governador, um Presidente é eleito, está escrito lá na lei, quando ele toma posse, quando é que termina o seu mandato. Por isso, a nossa visão, até primária, simples, cabocla até, é de continuar, mesmo que soframos uma derrota esmagadora, mas continuamos firmes no sentido de que o nosso servidor público estadual é merecedor, sim, do aumento a partir do dia 1º de maio, acompanhando o salário-mínimo regional.

E ainda mais, Sr. Presidente, estava vendo um canal de televisão na hora do almoço, fazendo, com justiça, uma chacota em cima dos Deputados.

Os Deputados do Brasil inteiro tiveram aumento salarial com efeito retroativo desde abril, e o momento era para o aumento ser desde fevereiro. Agora, como vamos explicar para o servidor que para o Deputado o aumento de salário é desde abril, conta a partir de abril, e que o aumento para o servidor não vai ser a partir do 1º de maio, não vai ser junho? Vai depender do bom desempenho da receita.

Então, Sr. Presidente, concluo reafirmando: estamos todos nós em uma verdadeira saia justa, porque a opinião pública não vai perdoar o Parlamentar.

Nobre Deputado Romanelli, foi tão brilhante na TV hoje, não sabia até se era o lançamento da sua candidatura a Governador. Deputado Romanelli, dá um embalo na sua candidatura, homem de Deus! Aprova esse aumento a partir de 1º de maio! Pode ter certeza que a sua candidatura vai crescer muito! Peça para a bancada votar a favor! Para quem é candidato a Governador, nada melhor do que prestar esta homenagem merecida aos nossos servidores públicos estaduais, dando o aumento retroativo de 1º de maio.

É este apelo que toco também o coração do nosso Presidente Nelson Justus, para que o aumento dos servidores da Assembléia Legislativa acompanhe os servidores estaduais. Também os servidores da Assembléia possam ter o aumento retroativo a partir de 1º de maio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Em votação. Como há parecer contrário, o procedimento será idêntico ao da vez anterior.

Os Deputados contrários à emenda do Deputado Antonio Belinati, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados contrários à emenda.

Os Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Treze Srs. Deputados favoráveis à emenda. **Está rejeitada.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, para registrar o voto dos Deputados favoráveis à emenda do Belinati: Elio Rusch, Plauto Miró, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Rui Hara, Marcelo Rangel, Augustinho Zucchi, Jocelito Canto, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Duílio Genari e Cida Borghetti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem. Queria requerer à presidência que pudesse fazer com que as 3 emendas que têm parecer favorável pudessem ser votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Coloco em votação o Requerimento nº 1308, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das emendas da CCJ e da CF, constantes do Projeto de Lei nº 311/07, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Vamos votar em bloco as 3 emendas com parecer favorável da CCJ. Em votação.

**Aprovadas.**

## *Redação Final*

### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 277/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná - NOROSPAR, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

## *2ª Discussão*

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dá nova redação ao artigo 1º e ao seu parágrafo único, da Lei nº 14525, de 26 de outubro de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2007 (Resolução nº 003/04). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

## *1ª Discussão*

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que institui preceitos da acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/07, de 27/02/07, em Projetos de Lei).**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 049/07

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 049/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, tem como proposta *Instituir preceitos de acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do estado do Paraná.*

Na justificativa o autor diz que fundamenta sua proposição...*nos artigos 12, incisos II, 13, XIV, 222, todos da Constituição Estadual, para que sejam tomadas medidas concernentes à acessibilidade em edifícios públicos do estado do Paraná, das pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência físico-motora. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe em seu artigo 24, inciso XIX, que é competência da união, do estado e dos municípios legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais.*

**Fundamentação**

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Fábio Camargo, autor da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Sala das Comissões, em 01.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 049/07

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Deputado Fábio Camargo, a presente proposição tem por finalidade instituir preceitos da acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do estado do Paraná.

A matéria recebeu, de lavra do eminente Deputado Artagão Júnior, parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e, posteriormente, foi distribuída a esta Comissão de Finanças e, especificamente a este Parlamentar, para relatá-la, sob os aspectos da adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

A lei federal que trata sobre a matéria é Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

**Voto do Relator**

Cabe a esta comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento

Anual, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 33, parágrafo 3º).

Do ponto de vista da adequação financeira e orçamentária, somos de opinião que, embora o presente projeto de lei possua repercussões financeiras para o estado, vez que importa em despesas para adequar os atuais prédios públicos às normas contidas na proposição, o impacto sobre as leis orçamentárias anuais não é imediato, por ter caráter essencialmente normativo e não tratar de geração ou elevação de despesas ou de redução em receitas públicas, dado que a proposição se refere tão somente à definição de políticas para o acesso aos prédios públicos, sem fixar montantes para tais programações. As adequações dos atuais prédios públicos do estado dependem de regulamentação, de forma que a adequação orçamentária poderá, e deverá ser feita na ocasião desta normatização governamental.

Por este mesmo argumento, a proposição não conflita com as normas do plano plurianual e da Lei de Diretrizes

Orçamentárias, nem com as demais disposições legais pertinentes à receita e despesa públicas, pois as despesas decorrentes da aplicação de suas disposições, se transformada em lei, correrão à conta do orçamento de cada órgão, cabendo ao Poder Executivo inserir na soma dos recursos necessários e suficientes à execução dos respectivos projetos. Ademais, o seu objetivo vai ao encontro do princípio constitucional da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.

Diante do exposto, concluímos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 049/07, e, no mérito, voto pela sua aprovação.

Assim, somos de parecer favorável à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 10.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 049/07

P A R E C E R :

**Considerações**

Considerando, que o presente projeto de lei tem como objetivo instituir preceitos da acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do estado do Paraná;

Considerando, o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da necessidade real de se adequar a estrutura física do estado para facilitar o acesso aos portadores de deficiência;

E, finalmente, considerando que cabe ao estado adaptar suas dependências para facilitar o acesso aos portadores de deficiência física;

Somos de parecer favorável à tramitação do projeto do nobre Deputado Fábio Camargo.

Sala das Comissões, em 02.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural - ACFR, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/07, de 23/04/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 285/07

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural - ACFR, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, conforme o referido substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 285/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário à apresentação do presente substitutivo geral, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural, na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro em Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Iglesia Belén Pentecostal Libre Del Paraguay, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 295/07

##### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, declara de utilidade pública a Associação Iglesia Belén Pentecostal Libre Del Paraguay - Sede Brasil, com sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 295/07

Com fundamento no que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 2º, apresentamos a seguinte emenda substitutiva, alterando o artigo 1º do Projeto de Lei nº 295/07, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Iglesia Belén Pentecostal Libre Del Paraguay, com sede e foro no município de Curitiba.”

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Entidade Vida Promoção Social, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 296/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, declara de utilidade pública a Entidade Vida Promoção Social, com sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1306, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1251, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar ao Deputado Plauto Miró o pedido para que essa solicitação seja feita via Liderança do Governo, que é um tema que eu tenho tratado por representar o município de Arapoti. Se o Deputado Plauto estiver presente, gostaria que, se ele concordasse, que pudéssemos encaminhar via Liderança do Governo, porque é claro, o uso daquelas instalações está sendo discutida depois que a faculdade adquiriu o próprio e ficou ali uma unidade que poderíamos dar uma destinação.

Estamos estudando este tema. Acho que o tema é interessante.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Pela Liderança o Deputado Plauto concorda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Perfeitamente, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Retirado da pauta.**

Requerimento nº 1267, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1268, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1273, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1275, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Requerimento de pedido de informação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo no dia 15 de maio de 2007.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminho pela rejeição desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Só a “escolinha” de hoje. Estou fazendo um arquivo e como custa caro, aquela fita, estou fazendo um arquivo via governo do estado. Só requeri a fita para acompanhar os pronunciamentos de hoje da “escolinha”. É transparência, só isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Jocelito Canto, permaneçam como estão.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 1276, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminho pela rejeição do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estou só requerendo hoje, esse requerimento é muito importante. Estava assistindo hoje a “escolinha”, o Governador Roberto Requião fez uma acusação muito grave: falou que a Gazeta do Povo e que o jornal O Estado do Paraná cometeu um crime contra o estado do Paraná.

Deputado Romanelli, lamento que V. Exa. vai pedir para rejeitar esse requerimento. Estou apenas pedindo ao governo que responda: quando ocorreram tais fraudes em relação à COPEL? Remeter cópia dos documentos que comprovam as ocorrências das fraudes.

Quais as medidas que foram adotadas por esse governo do estado diante da gravidade da ocorrência? Foi encaminhada denúncia ao Ministério Público? Encaminhar cópia de todos os procedimentos adotados pelo governo do estado, para investigar, elucidar e punir as citadas fraudes.

O Governador Requião, hoje, chamou de ladrão o proprietário da Gazeta do Povo e o empresário Paulo Pimentel, do jornal O Estado do Paraná. Chamou na TV pública que é do estado.

Sr. Presidente, nesse requerimento, estou reque-  
rendo a cópia dos documentos que o Governador disse  
que estavam fraudando uma licitação pública na COPEL.  
Estavam roubando a COPEL que é um patrimônio nosso.  
Segundo ele, quem estava roubando era o jornal O Estado  
do Paraná e a Gazeta do Povo.

Estou pedindo ao Governo, que mande os docu-  
mentos a esta Casa, para tomar as providências. Quem é  
que roubou quem? Quem disse que foi o Governador,  
chamou de ladrão a Gazeta do Povo e o jornal O Estado  
do Paraná. Só lamento que o Líder do Governo esteja  
encaminhando contrário a isso, porque o Governador  
falou isso na “escolinha”, publicamente, hoje. Não é a  
primeira vez que faz.

Peço aos Deputados que votem favoráveis a esse  
requerimento, para termos acesso, para sabermos quem  
roubou e quanto foi que roubaram.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Vai se proceder à votação  
do requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Os Deputado que aprovam o requerimento ...

**Está rejeitado o requerimento.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, profundamente constrangido, até  
porque tantos aqui dentro já tiveram problemas cardí-  
acos.

Gostaria que essa Sessão transcorresse normal-  
mente para que fizéssemos o mais breve possível, evi-  
tando pronunciamento, porque lamentavelmente há  
poucos instantes faleceu de infarte cardíaco, um compa-  
nheiro, nosso amigo Secretário Especial de Governo, Dr.  
Mário Lobo.

É uma notícia dolorosa para todos nós, a Assem-  
bléia tem que continuar, tem coisas para votar, possi-  
velmente até numa Sessão Extraordinária, mas em  
homenagem e esse homem que tanto trabalhou,  
homem público com tantos cargos, conterrâneo de  
litoral de V. Exa., façamos a votação o mais rápido  
possível para que se possa encerrar os trabalhos legis-  
lativos e prestar as últimas homenagens ao Dr. Mário  
Lobo, que ele merece.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Realmente é difícil para todos nós, até porque esti-  
vemos com o Mário ainda hoje, pela manhã. Profunda-  
mente lamentável e dolorido.

Requerimento do Deputado Jocelito Canto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

A notícia que o Deputado Caíto nos dá é muito  
triste, mas temos que continuar com o nosso trabalho.

Quero encaminhar pela rejeição do requerimento  
do Deputado Jocelito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam o requerimento, queiram  
levantar-se. Está **rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 1282, de autoria do Sr. Deputado  
Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À  
Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1285 e 1288, de autoria do Sr.  
Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Apro-  
vados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1292, de autoria do Sr. Deputado  
Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À  
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1293, de autoria do Sr. Deputado  
Ney Leprevost, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimento do  
Deputado Ney Leprevost permaneçam como estão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimento, quei-  
ram levantar-se.

**Está rejeitado o requerimento!**

Requerimento nº 1294, de autoria da Sra. Depu-  
tada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comis-  
são Executiva.**

Requerimento nº 1297, de autoria do Sr. Deputado  
Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-  
toria Legislativa.

Requerimento nº 1304, de autoria do Sr. Deputado  
Luiz Carlos Martins, com apoio dos Srs. Deputa

dos Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Antonio Belinati e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)  
Fizemos um acordo e esse requerimento, como outros, será encaminhado via Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
**Devidamente retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1269 e 1270, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1277, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1281, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1240, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1298, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convido o Líder da Oposição e o Líder do Governo para que possamos entender se fazemos uma Sessão Extraordinária hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Há um requerimento e eu gostaria de dizer para aproveitarmos para aprovar hoje em 3ª discussão e redação final o Projeto de Lei nº 311/07 e resolver de uma vez

por todas este tema e se for o caso deixar encaminhada a questão da sanção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Perfeitamente. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)  
Só aquele projeto do aumento do funcionalismo?

**(Assentimento do Presidente Nelson Justus)**

Antes de V. Exa. encerrar a Sessão, temos que aprovar um requerimento para a quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Já está no próprio requerimento.  
Entregaremos a Ordem do Dia para V. Exas.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 131, 136, 218 e 311/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 049, 285, 295 e 296/07.

Levanta-se a Sessão.

